

Notas explicativas às informações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações sobre a Companhia

A Randon S.A. Implementos e Participações (“Companhia”), constituída na forma de sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com suas ações negociadas na BM&F Bovespa (RAPT3 e RAPT4), tem por objeto: a) industrialização, comércio, importação e exportação de veículos automotores e rebocados, para a movimentação e o transporte de materiais; industrialização de implementos para o transporte rodoviário e ferroviário; e de aparelhos mecânicos, equipamentos, máquinas, peças, partes e componentes, concernentes ao ramo; b) participação no capital social de outras sociedades; c) administração de bens móveis e imóveis próprios; d) transporte rodoviário de cargas; e) prestação de serviços atinentes a seus ramos de atividades. A Companhia, com sede na Avenida Abramo Randon nº 770, Bairro Interlagos - Caxias do Sul - RS, possui também operações através de empresas controladas sediadas no Brasil, na Argentina, no Chile, no México, na China, nos Emirados Árabes Unidos, na Alemanha, nos Estados Unidos, na Colômbia, no Peru, no Uruguai, Holanda e na África do Sul.

2 Resumo das principais políticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração da Companhia, afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram autorizadas para emissão em reunião de diretoria realizada em 27 de fevereiro de 2019.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Hiperinflação na Argentina

A Argentina foi considerada uma economia hiperinflacionária a partir de 1º de julho de 2018, após superar os 100% de inflação acumulada nos três últimos períodos. Por esta razão, as demonstrações financeiras das controladas que operam em economias hiperinflacionárias são corrigidas pela alteração no poder geral de compra da moeda corrente, de maneira que seus valores estejam demonstrados na unidade monetária de mensuração do final do período conforme determinação do CPC 42 /IAS 29 -Relatório Financeiro em Economias Hiperinflacionárias.

Os ativos e os passivos não monetários registrados pelo custo histórico, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado são corrigidos pela alteração no poder geral de compra da moeda corrente, aplicando um índice de preços ao consumidor.

Os impactos de correção monetária até 31 de dezembro de 2017 foram reconhecidos no patrimônio líquido das controladas e a correção monetária do período corrente foi reconhecida diretamente na demonstração do resultado em conta específica, no resultado financeiro (nota explicativa 28).

A taxa de câmbio utilizada para converter as informações financeiras das controladas na Argentina para a moeda de apresentação da Companhia leva em consideração a taxa de conversão de fechamento divulgada pelo BACEN (Banco Central do Brasil).

No consolidado, as diferenças resultantes de conversões cambiais foram refletidas no patrimônio líquido da Companhia em outros resultados abrangentes.

A demonstração de resultados do exercício de 2017 e os respectivos balanços patrimoniais das controladas na Argentina não foram reapresentados.

Os impactos de hiperinflação resultantes de alterações no poder de compra geral até 31 de dezembro de 2017, foram reportados como ajustes de avaliação patrimonial e os impactos das alterações no poder de compra geral, a partir de 1º de janeiro de 2018, foram reportados no resultado financeiro da demonstração de resultados da Companhia. Em decorrência dos efeitos acima, em 31 de dezembro de 2017, a Companhia reconheceu em seu Patrimônio líquido consolidado R\$ 24.784, líquido dos efeitos tributários, e em sua Demonstração de resultado consolidada os montantes de R\$ 8.199 no resultado financeiro, e de R\$ 1.880 no resultado de impostos diferidos.

2.4 Base de consolidação

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a possibilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

b. Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Randon S.A. Implementos e Participações
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018 e 2017

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Randon S.A. Implementos e Participações e suas controladas, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, apresentadas abaixo:

	Objeto social	País-sede	Percentual de participação			
			2018		2017	
			Direta	Indireta	Direta	Indireta
Randon Argentina S.A. (a)	Fabricação e comércio de implementos rodoviários	Argentina	95,12	4,88	95,12	4,88
Randon Automotive (PTY) LTD. (a)	Representação e comércio de implementos rodoviários	África do Sul	100	-	100	-
Randon Perú S.A.C (a)	Fabricação, montagem e comércio de implementos rodoviários	Peru	51	-	51	-
Randon Implementos para o Transporte Ltda.(b)	Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para caminhões	Brasil	99,99	-	99,99	-
Randon Veículos Ltda. (b)	Fabricação de máquinas e equipamentos para terraplenagem, pavimentação e construção	Brasil	99,99	-	-	-
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda. (b)	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	Brasil	51	-	51	-
Master Sistemas Automotivos Ltda.(b)	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	Brasil	51	-	51	-
Randon Administradora de Consórcios Ltda.(b)	Administração de consórcios para aquisição de bens e direitos	Brasil	99,57	-	99,57	-
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda.(b)	Fundição de ferro e aço e usinagem	Brasil	99,99	-	99,99	-
Randon Investimentos Ltda.(b)	Holding de instituição financeira	Brasil	99,99	-	99,99	-
Banco Randon S.A. (b)	Instituição financeira	Brasil	-	99,99	-	99,99
Randon Collection Comércio de Artigos Promocionais Ltda (b)	Comércio varejista de artigos, acessórios e complementos para vestuário	Brasil	99,99	-	99,99	-
Fras-le S.A.(b)	Fabricação de peças e acessórios para sistema de freios de veículos automotores	Brasil	51,16	-	51,16	-
Fras-le Argentina S.A. (c)	Representação e comércio de autopeças	Argentina	0,51	99,49	6	94
Fras-le North America, Inc. (c)	Fabricação e comércio de autopeças	EUA	-	100	-	100
Fras-le Andina Com. Y Repres. Ltda. (c)	Representação e comércio de autopeças	Chile	-	99	-	99
Fras-le Europe (c)	Representação e comércio de autopeças	Alemanha	-	100	-	100
Fras-le Friction Material Pinghu Co Ltda. (c)	Fabricação e comércio de autopeças	China	-	100	-	100
Fras-le México S de RL de CV (c)	Representação e comércio de autopeças	México	-	99,66	-	99,66
Fras-le Africa Automotive (Pty) Limited(c)	Representação e comércio de autopeças	África do Sul	-	100	-	100
Freios Controil Ltda. (d)	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	Brasil	-	99,99	-	99,99
Fras-le Middle East (c)	Representação e comércio de autopeças	Emirados Árabes Unidos	-	100	-	100
Fras-le Panamericana S.A.S. (c)	Representação e comércio de autopeças	Colômbia	-	100	-	100
Fanacif S.A.(c)	Fabricação e comércio de autopeças	Uruguai	-	100	-	100
Armetal Autopartes S.A (c)	Distribuição de autopeças.	Argentina	-	100	-	100
FARLOC Argentina S.A.IC. YF (f)	Fabricação de líquido de freios e fluídos refrigerantes	Argentina	-	76,09	-	76,09
ASK Fras-le Friction Private Limited (c)	Fabricação e comércio de autopeças.	Índia	-	51	-	-
Jurid do Brasil Sistemas Automotivos Ltda. (d)	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	Brasil	-	80,10	-	-
Fremax Sistemas Automotivos Eireli (Jofund S.A.) (d)	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	Brasil	-	100	-	-
Euro Expo S.A.(e)	Distribuição de autopeças	Argentina	-	100	-	-
Eurobrakes B.V. (g)	Distribuição de autopeças	Holanda	-	100	-	-

(a) Empresa controlada no exterior.

(b) Empresa controlada no país.

(c) Empresa controlada no exterior com o controle direto retido pela Fras-le S.A..

(d) Empresa da controlada com o controle direto retido pela Fras-le S.A. no país.

(e) Empresa controlada no exterior com controle direto retido pela Fremax Sistemas Automotivos Eireli (Jofund S.A.).

(f) Empresa controlada no exterior com controle direto retido pela Armetal Autopartes S.A.

(g) Empresa controlada no exterior com controle direto retido pela Euro Expo S.A.

c. *Combinação de negócios e ágio - aquisição de controlada por controlada da Companhia*

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades.

O ágio e o valor justo dos ativos provenientes de aquisições de controladas no exterior são registrados inicialmente convertidos pela taxa de câmbio na data da combinação de negócio. O ágio por expectativa de rentabilidade futura gerado nas aquisições de operações no exterior e a mais valia dos ativos, são tratados como operações da adquirida e, desta forma, convertidos pela taxa de fechamento na data de reporte. As variações cambiais decorrentes desta conversão são registradas em outros resultados abrangentes.

i. *Aquisição Grupo ARMETAL AUTOPARTES S.A.*

Conforme fato relevante divulgado em 13 de novembro de 2017, a controlada direta da Companhia, Fras-le S.A., celebrou contratos de Compra e Venda de Participações Societárias e Outras Avenças (“Contratos”), com o objetivo de adquirir as seguintes participações societárias: (i) ações representativas de 100% do capital social da PALR S.A., sociedade anônima fechada constituída de acordo com as leis da Argentina, com sede na Cidade Autônoma de Buenos Aires, que por sua vez é controladora da ARMETAL AUTOPARTES S.A.; (ii) ações representativas de 99,99% do capital social da ARMETAL AUTOPARTES S.A., que, por sua

vez detém 76,09% das ações representativas do capital social da FARLOC ARGENTINA S.A.C. y F., ambas sociedades anônimas constituídas de acordo com as leis da Argentina, com sede na Cidade Autônoma de Buenos Aires; e, (iii) ações representativas de 100% do capital social da FANACIF S.A., sociedade anônima fechada constituída de acordo com as leis do Uruguai, com sede em Montevidéu.

O principal objetivo da Companhia com o negócio é reforçar sua atuação global, aumentar o portfólio de produtos, expandir sua participação no mercado de distribuição de autopeças e ampliar sua capacidade produtiva.

O fechamento do negócio ocorreu efetivamente em 04 de dezembro de 2017, após o cumprimento das condições precedentes, inclusive a aprovação pelos acionistas da Fras-le S.A. em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29 de novembro de 2017.

Em 01 de março de 2018, foi concluído o laudo de avaliação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos nesta aquisição, para alocação do pagamento e apuração final do ágio, em conformidade com normas contábeis CPC 15 (R1) Combinações de negócios (IFRS 3). Para essa avaliação foi considerada a data-base de 30 de novembro de 2017, data do último balanço levantado pelas adquiridas antes da data de aquisição.

A soma dos ativos líquidos adquiridos, resultam nos seguintes montantes:

Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

Ativo	Valor contábil	Valor justo
Circulante		
Caixa e equivalente de caixa	3.493	3.493
Clientes	26.620	26.620
Estoques	37.579	37.579
Outros ativos	9.747	9.747
Não circulante		
Outros ativos	1.511	1.511
Imobilizado	6.332	32.502
Intangível	-	48.648
Total do Ativo	85.282	160.100
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	15.529	15.529
Empréstimos	8.235	8.235
Outros passivos	11.138	11.138
Não circulante		
Outros passivos	5.578	5.578
Total do Passivo	40.480	40.480
Ativos líquidos de passivos	44.802	119.620

O ágio reconhecido como resultado da aquisição foi determinado conforme segue:

Contraprestação transferida (d)	97.547
Patrimônio Líquido adquirido	41.306
Mais valia de ativos	
Imobilizado (a)	23.862
Intangível (b)	46.122
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (c)	(22.844)
Ágio apurado na operação líquido de efeito tributário	9.101

O preço de compra das Companhias adquiridas foi de R\$ 97.547, sendo que R\$ 87.508 foram pagos em caixa, dos quais R\$ 4.402 foram pagos em 2017 e o restante foi pago em 2018, R\$ 1.625 pela assunção de dívida dos vendedores com as adquiridas e R\$ 8.415 foram retidos pelo prazo de até 8 anos, a partir da data de aquisição.

- (a) O ativo imobilizado das adquiridas na data de aquisição era composto majoritariamente por terrenos, imóveis, benfeitorias em imóveis de terceiros, máquinas e equipamentos. Para a avaliação do imobilizado foram aplicados método comparativo direto de dados de mercado e o método de quantificação do custo.

O primeiro consiste em analisar as condições de mercado e transações comparáveis ao ativo que está sendo avaliado e, assim, determinar o valor justo onde os dados confiáveis e disponíveis sobre as vendas podem ser encontrados. Este método foi utilizado para a avaliação das máquinas, equipamentos, do imóvel de uma das unidades localizadas na Argentina e do terreno localizado no Uruguai.

O segundo método consiste em avaliar o valor e os valores associados para substituição, reposição ou reprodução dos ativos. Este método foi utilizado para avaliar as construções e benfeitorias do Uruguai, bem como o restante dos ativos tangíveis.

O valor da mais valia será depreciado pelo prazo da sua vida útil.

- (b) Os ativos intangíveis identificados, cujos valores puderam ser mensurados com segurança pela Fras-le S.A., referem-se à carteira de clientes das adquiridas e às marcas pertencentes à Armetal.

A carteira de clientes foi avaliada pelo método MPEEM (*"Multi Period Excess Earnings Method"*), que é baseado em um cálculo de desconto de fluxos de caixa dos benefícios econômicos futuros atribuíveis à base de clientes, líquidas das eliminações das obrigações de contribuições implicados em sua geração. Para estimar a vida útil remanescente da base de clientes, foi calculado um *"attrition rate"* médio, estimado com base na análise da carteira de clientes e faturamento histórico, representando uma vida útil econômica de 13 anos. O valor justo alocado à carteira de clientes, na data de aquisição, foi de R\$ 40.553, o qual será amortizado pelo prazo da sua vida útil.

O valor justo das marcas pertencentes à Armetal foi calculado considerando o método de *"relief-from-royalty"*. De acordo com este método, o valor do ativo é determinado capitalizando-se os royalties que são economizados pelo fato de ter a propriedade intelectual. Em outras palavras, o dono da marca obtém um lucro por possuir o ativo intangível em vez de ter de pagar royalties por sua utilização. A economia de royalties foi determinada aplicando-se uma taxa de royalties de mercado (expressa como uma porcentagem sobre receitas) às receitas futuras que se espera obter com a venda do produto ou serviço associado ao ativo intangível. Uma taxa de royalties de mercado é a taxa normalmente expressada como uma porcentagem das receitas líquidas, que um proprietário interessado cobraria de um usuário interessado na utilização de um ativo de sua propriedade em uma transação de mercado, estando ambas as partes devidamente informadas. A vida útil econômica considerada, para este intangível, foi de 30 anos. O valor justo alocado à marca, na data de aquisição, foi de R\$ 5.569, o qual será amortizado pelo prazo da sua vida útil.

- (c) A Fras-le S.A. registrou o imposto de renda e contribuição diferida passiva sobre a mais valia ativo imobilizado e ativos intangíveis, considerando as taxas nominais vigentes na data da aquisição na Argentina e no Uruguai, respectivamente. A realização no resultado será proporcional às respectivas depreciações e amortizações dos ativos.
- (d) A contraprestação envolvida nessa operação considerou o valor justo de todos os pagamentos e dívidas assumidas nessa operação. Os Contratos não contêm contraprestação contingente.

ii. Aquisição Jurid do Brasil Sistemas Automotivos Ltda. ("Jurid")

Conforme fato relevante divulgado em 8 de janeiro de 2018, as condições precedentes ao Fechamento do Acordo de Associação com a Federal Mogul VCS Holding BV ("Federal Mogul") foram atendidas e foram firmados todos os documentos necessários para a transferência da participação societária adquirida, correspondente a 80,1% das quotas representativas do capital social da Jurid, com sede em Sorocaba - São Paulo. Nesta data a controlada direta da Companhia, Fras-le S.A., assumiu efetivamente o controle da Jurid.

O principal objetivo da Companhia, com a aquisição do negócio, é reforçar sua atuação na fabricação e distribuição de produtos de freio *premium* para fabricantes de veículos de equipamentos originais e clientes de pós-venda nos mercados de veículos leves no Brasil e em toda a América do Sul.

Em 18 de dezembro de 2018, foi concluído o laudo de avaliação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos nesta aquisição, para alocação do pagamento e apuração final da compra vantajosa, em conformidade com normas contábeis CPC 15 (R1) - Combinações de negócios (IFRS 3). Para essa avaliação foi considerada a data-base de 31 de dezembro de 2017, data do último balanço levantado pelas adquiridas antes da data de aquisição.

A soma dos ativos líquidos adquiridos, resultam nos seguintes montantes:

Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

Ativo	Valor contábil	Valor justo
Circulante		
Caixa e equivalente de caixa	4.585	4.585
Clientes	11.397	11.397
Estoques	11.080	11.080
Outros ativos	598	598
Não circulante		
Imobilizado	11.246	41.792
Intangível	-	9.649
Propriedades para investimento	-	720
Total do ativo	38.906	79.821
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	7.090	7.090
Outros passivos	4.435	4.435
Não circulante		
Outros passivos	2.060	2.060
Total do passivo	13.585	13.585

Ativos líquidos de passivos	25.321	66.236
Participação de não controladores (19,9%)	5.039	13.038
Total de ativos líquidos de passivos da controladora	20.282	53.198

A compra vantajosa reconhecida como resultado da aquisição foi determinado conforme segue:

Contraprestação transferida	-
Patrimônio líquido	25.321
Participação de não controladores	(5.039)
Patrimônio líquido adquirido	20.282
Mais valia de ativos	
Imobilizado (a)	25.470
Intangível (b)	7.729
Imposto de renda e contribuição social diferidos (c)	(18.183)
Compra vantajosa apurada na operação	35.298

A transação para a aquisição da participação correspondente a 80,10% das quotas representativas do capital social da Jurid não envolveu desembolso financeiro (contraprestação transferida).

- (a) O ativo imobilizado da adquirida na data de aquisição era composto majoritariamente por terrenos, imóveis, máquinas e equipamentos. Para a avaliação do imobilizado foram aplicados método comparativo direto de dados de mercado e o método de quantificação do custo. O primeiro consiste em analisar as condições de mercado e transações comparáveis ao ativo que está sendo avaliado e, assim, determinar o valor justo onde os dados confiáveis e disponíveis sobre as vendas podem ser encontrados. Este método foi utilizado para a avaliação do terreno, imóveis e de parte das máquinas e equipamentos.

O segundo método consiste em avaliar o valor e os valores associados para substituição, reposição ou reprodução dos ativos. Este método foi utilizado para avaliar o restante dos ativos tangíveis.

- (b) Os ativos intangíveis identificados, cujos valores puderam ser mensurados com segurança pela Fras-le S.A., referem-se ao contrato de uso das marcas pertencentes à Federal Mogul e ao contrato de locação referente ao terreno adjacente ao imóvel de Sorocaba e suas edificações (“Free Lease Agreement”) com obrigação de realocação e construção de edificações no terreno da Jurid.

O valor justo das marcas que a Jurid tem direito de uso conforme contratos com a Federal Mogul foi calculado considerando o método de “*relief-from-royalty*”. De acordo com este método, o valor do ativo é determinado capitalizando-se os royalties que são economizados pelo fato de ter a propriedade intelectual. Em outras palavras, o dono da marca obtém um lucro por possuir o ativo intangível em vez de ter de pagar royalties por sua utilização. A economia de royalties foi determinada aplicando-se uma taxa de royalties de mercado (expressa como uma porcentagem sobre receitas) às receitas futuras que se espera obter com a venda do produto ou serviço associado ao ativo intangível. Uma taxa de royalties de mercado é a taxa normalmente expressada como uma porcentagem das receitas líquidas, que um proprietário interessado cobraria de um usuário interessado na utilização de um ativo de sua propriedade em uma transação de mercado, estando ambas as partes devidamente informadas. A vida útil econômica considerada para este intangível foi de 30 anos. O valor justo alocado à marca, na data de

aquisição, foi de R\$ 7.999, dos quais R\$ 6.407 referem-se a parcela adquirida pela Companhia, o qual será amortizado pelo prazo da sua vida útil.

O *Free-Leasing Agreement* garante a locação das edificações de apoio: refeitório, auditório, portaria, estação de tratamento da água e vias de acesso. Para avaliação das construções a serem realocadas foi utilizado o método da quantificação do custo, resultando em um valor de R\$1.650, dos quais R\$ 1.322 referem-se à parcela adquirida pela Companhia. O contrato foi firmado na data de 30 de dezembro de 2016, tendo como locador a Federal-Mogul Sorocaba Holding Ltda., e como locatária a Jurid. Conforme especificado no contrato, o acordo de uso se mantém vigente até que o processo de realocação das construções esteja definido e concluído. Desta forma, o contrato firmado apresenta prazo indefinido.

- (c) A Companhia registrou o imposto de renda e contribuição diferida passiva sobre as diferenças temporárias, representadas pela mais valia dos ativos imobilizados e dos ativos intangíveis, considerando as taxas nominais vigentes na data da aquisição no Brasil.

iii. Aquisição da Fremax Sistemas Automotivos Eireli (Jofund S.A.)

Conforme fato relevante divulgado em 5 de outubro de 2018, as condições precedentes ao Fechamento relativo à compra das ações representativas da totalidade do capital social da Jofund S.A. foram atendidas e foram firmados todos os documentos necessários para a transferência da participação societária adquirida, com sede em Joinville - Santa Catarina. Naquela data, a controlada direta da Companhia, Fras-le S.A., assumiu efetivamente o controle da Jofund.

A Empresa possui uma unidade no Brasil, e negócios de distribuição no exterior por meio da Eurobrakes (Holanda) e Euro Expo (Argentina).

O principal objetivo da Companhia, com a aquisição do negócio é a ampliação do portfólio de produtos e a busca de sua consolidação na posição de liderança de mercado neste segmento no Brasil, reforçando também seu mix de produtos para oferta global. A aquisição buscou criar condições favoráveis para prosseguimento da trajetória de crescimento da Companhia, através da sinergia entre os negócios de disco de freios e pastilhas, o que ampliará a oferta de produtos e melhor atendimento às necessidades do mercado.

Em 31 de janeiro de 2019, foi concluído o laudo de avaliação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos nesta aquisição, para alocação do pagamento e apuração final do ágio, em conformidade com normas contábeis CPC 15 (R1) - Combinações de negócios (IFRS 3). Para essa avaliação, foi considerada a data-base de 30 de setembro de 2018, data do último balanço levantado pelas adquiridas, antes da data de aquisição.

Ativo	Valor contábil	Valor justo
Circulante		
Caixa e equivalente de caixa	12.639	12.639
Clientes	27.676	27.676
Estoques	39.066	39.196
Outros ativos	8.036	8.036
Não circulante		
Outros ativos	494	494
Imobilizado	31.489	51.236

Intangível	1.836	45.064
Total do ativo	121.236	184.341
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	16.023	16.023
Empréstimos e Financiamentos	23.582	23.582
Outros passivos	15.146	15.146
Não circulante		
Empréstimos e Financiamentos	19.111	19.111
Outros passivos	1.453	1.453
Total do passivo	75.315	75.315
Ativos líquidos de passivos	45.921	109.026
Total de ativos líquidos de passivos da controladora	121.236	184.341

O ágio reconhecido como resultado da aquisição foi determinado conforme segue:

Contraprestação transferida (a)	180.287
Patrimônio Líquido adquirido	45.921
Mais valia de ativos	
Estoques (b)	130
Imobilizado (c)	19.747
Intangível (d)	43.228
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (e)	(1.762)
Ágio apurado na operação líquido de efeito tributário	73.023

O preço de compra das Companhias adquiridas foi de R\$ 180.287, sendo que R\$ 162.287 foram pagos em caixa, e, R\$ 18.000 foram retidos pelo prazo de até 8 anos a partir da data de aquisição.

- (a) A contraprestação envolvida nessa operação considerou o valor justo de todos os pagamentos e dívidas assumidas nessa operação. Os contratos não contêm contraprestação contingente.
- (b) Os estoques da Fremax, na data de aquisição, referem-se a estoques de produtos acabados e estoques em trânsito de pastilha de freio. Esses estoques foram avaliados pelo valor de mercado e a vida útil determinada pelo giro do estoque. A vida útil econômica considerada, para este ativo, foi de 3 meses. O valor justo, para este ativo, foi determinado em R\$ 130 e será amortizado pela sua vida útil.
- (c) O ativo imobilizado das adquiridas na data de aquisição era composto majoritariamente por máquinas e equipamentos industriais e veículos. Para a avaliação do imobilizado foram aplicados método comparativo direto de dados de mercado e o método de quantificação do custo.

O primeiro consiste em analisar as condições de mercado e transações comparáveis ao ativo que está sendo avaliado e, assim, determina o valor justo onde os dados confiáveis e disponíveis sobre as vendas podem ser encontrados. Este método foi utilizado para a avaliação das máquinas, equipamentos e veículos da Fremax.

O segundo método consiste em avaliar o valor e os valores associados para substituição, reposição ou reprodução dos ativos. Este método foi utilizado para avaliar as máquinas e equipamentos.

O valor da mais valia será depreciado pelo prazo da sua vida útil.

- (d) Os ativos intangíveis identificados, cujos valores puderam ser mensurados com segurança pela Companhia, referem-se à carteira de clientes das adquiridas e às marcas pertencentes à Fremax, Euro Expo e Eurobrakes.

A carteira de clientes foi avaliada pelo método MPEEM (*“Multi Period Excess Earnings Method”*), que é baseado em um cálculo de desconto de fluxos de caixa dos benefícios econômicos futuros atribuíveis à base de clientes, líquidas das eliminações das obrigações de contribuições implicados em sua geração. Para estimar a vida útil remanescente da base de clientes, foram aplicadas sobre a base de receitas uma taxa de rotatividade (*churn rate*), estimada com base na análise da carteira de clientes e faturamento histórico, representando uma vida útil econômica de 11 anos para Fremax, 6 anos para Eurobrakes e 12 anos para Euro Expo. O valor justo alocado à carteira de clientes, na data de aquisição, foi de R\$ 33.829, o qual será amortizado pelo prazo da sua vida útil.

O valor justo das marcas pertencentes à Fremax foi calculado considerando o método de *“relief-from-royalty”*. De acordo com este método, o valor do ativo é determinado capitalizando-se os royalties que são economizados pelo fato de ter a propriedade intelectual. Em outras palavras, o dono da marca obtém um lucro por possuir o ativo intangível em vez de ter de pagar royalties por sua utilização. A economia de royalties foi determinada aplicando-se uma taxa de royalties de mercado (expressa como uma porcentagem sobre receitas) às receitas futuras que se espera obter com a venda do produto ou serviço associado ao ativo intangível. Uma taxa de royalties de mercado é a taxa normalmente expressada como uma porcentagem das receitas líquidas, que um proprietário interessado cobraria de um usuário interessado na utilização de um ativo de sua propriedade em uma transação de mercado, estando ambas as partes devidamente informadas. A vida útil econômica considerada para este intangível foi de 20 anos. O valor justo alocado à marca na data de aquisição, foi de R\$ 9.399 o qual será amortizado pelo prazo da sua vida útil.

- (e) A Companhia registrou o imposto de renda e contribuição diferida passiva sobre a mais valia ativo imobilizado e ativos intangíveis, considerando as taxas nominais vigentes na data da aquisição na Holanda e Argentina, respectivamente. A Companhia não reconheceu impostos diferidos ativos sobre a mais valia resultante da combinação de negócios das operações no Brasil. A realização no resultado será proporcional às respectivas depreciações e amortizações dos ativos.

2.5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros derivativos que são mensurados por seu valor justo.

3 Principais políticas contábeis

3.1 Reconhecimento de receita

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Os fretes sobre vendas são incluídos no custo das vendas. A Companhia tem como principal receita a venda de produtos.

3.2 Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

Cada controlada da Companhia determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do Real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o Real na data do fechamento.

A moeda funcional de cada empresa está demonstrada abaixo:

Controladas	Moeda Funcional
Randon Argentina S.A.	Peso Argentino
Randon Automotive (PTY) LTD.	Rand
Randon Perú S.A.C.	Novo Sol
Randon Implementos para o Transporte Ltda.	Real
Randon Veículos Ltda.	Real
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	Real
Master Sistemas Automotivos Ltda.	Real
Randon Administradora de Consórcios Ltda.	Real
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda.	Real
Randon Investimentos Ltda.	Real
Randon Collection Comércio de Artigos Promocionais Ltda.	Real
Fras-le S.A.	Real
Fras-le Argentina S.A.	Peso Argentino
Fras-le North America, Inc.	Dólar Americano
Fras-le Andina Com. Y Repres. Ltda.	Peso Chileno
Fras-le Europe	Euro
Fras-le Friction Material Pinghu Co Ltda.	Yuan
Fras-le México S de RL de CV	Peso Mexicano
Fras-le Africa Automotive (Pty) Limited	Rand
Freios Controil Ltda.	Real
Fras-le Middle East	Dirham
Fras-le Panamericana S.A.S	Peso Colombiano
Fanacif S.A.	Dólar Americano
Armetal Autopartes S.A	Peso Argentino
FARLOC Argentina S.A.I.C YF	Peso Argentino
ASK Fras-le Friction Private Limited	Rupia
Jurid do Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	Real
Fremax Sistemas Automotivos Eireli (Jofund S.A.)	Real
Euro Expo S.A.	Peso Argentino
Eurobrakes B.V	Euro

a. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

b. Transações e saldos com controladas

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pelas taxas médias mensais do exercício. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente em outros resultados abrangentes e acumulados em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

3.3 Instrumentos financeiros

A Companhia adotou inicialmente o CPC 48/IFRS 9, a partir de 1º de janeiro de 2018. As informações sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas aos instrumentos financeiros são fornecidas na nota explicativa 5.1.

3.4 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

a. Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições não consideradas normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

b. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas que não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de crédito esperadas de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre as condições econômicas e de crédito atuais.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

c. Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

d. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos que possuem normas específicas para divulgação, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às Unidades Geradoras de Caixa (UGC) são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGC) de forma pro rata.

As perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.5 Aplicação financeira

A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão ajustadas a valor justo, de acordo com a categoria. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido.

3.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal de operações da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment*.

3.7 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de sua conclusão e despesas para vender.

3.8 Cotas de consórcio

Avaliados pelo valor do crédito objeto do investimento em cotas de grupos de consórcio, até a data do balanço, sendo classificáveis como recebíveis.

3.9 Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial, conforme CPC18 (R2)/IAS 28, para fins de demonstrações financeiras da controladora.

Outros investimentos, que não se enquadrem na categoria acima, são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

3.10 Propriedade para investimento

As propriedades para investimento são registradas pelo valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado.

A receita de aluguel de propriedades para investimento é reconhecida como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos concedidos são reconhecidos como parte integrante da receita total de aluguel, durante o prazo do arrendamento.

A receita de aluguel de propriedades para investimento é reconhecida como outras receitas.

3.11 Imobilizado

a. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esse seja capaz de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

b. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

c. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo, são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	Vida útil média	% ano	Vida útil média	% ano
Edificações	49 anos	2,0	46 anos	2,2
Máquinas e equipamentos	11 anos	9,1	11 anos	9,1
Moldes	7 anos	14,3	7 anos	14,3
Veículos	7 anos	14,3	7 anos	14,3
Móveis e utensílios	11 anos	9,1	10 anos	10,0
Equipamentos de tecnologia	5 anos	20,0	4 anos	25,0
Direito uso subestação	-	-	9 anos	11,1

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

3.12 Ativos intangíveis

a. Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável até 5 anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis, quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
- A Administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo;
- O software pode ser vendido ou usado;
- O software gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados;

- Estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software; e
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas relevantes. Os custos também incluem os custos de financiamento relacionados com a aquisição do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a 8 anos.

b. Amortização

A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

3.13 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado com base em taxa de juros que reflete o prazo e o risco de cada transação. Para as transações a prazo, a Companhia e suas controladas utilizam a variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, visto que é a taxa de referência utilizada em transações a prazo.

O ajuste a valor presente das contas a receber se dá em contrapartida da receita bruta no resultado e a diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerado como receita financeira e será apropriado com base na medida do custo amortizado e a taxa efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores e custos, e sua realização tem como contrapartida a conta de despesa financeira, pela fruição do prazo de seus fornecedores.

Em 31 de dezembro de 2018, não foram identificadas outras transações que fossem consideradas relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3.14 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, conforme Lei nº 9.249/95.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

a. *Imposto corrente*

Imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

Os impostos correntes ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

b. *Imposto diferido*

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o contábil;
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. Os impostos diferidos ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

3.15 Benefícios de pensão pós-emprego

A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar, do tipo Contribuição Definida e um Benefício Mínimo garantido, equivalente a 1 (um) salário básico contratual para cada 10 anos de serviço prestado às Empresas Randon, limitado a 30 anos, o que lhe dá a característica de um Plano Misto.

O Plano de Previdência, gerido pelo Randonprev Fundo de Pensão, uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, tem como objetivo principal a suplementação de Renda pós-carreira, aos empregados das Empresas Randon.

O Plano referido contempla os seguintes benefícios: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional e benefício mínimo garantido.

A Companhia reconhece sua obrigação com o plano de benefício aos seus empregados, e, quanto aos custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas:

- (a) Os custos com o Plano de Pensão, e dos benefícios pós-emprego adquiridos pelos empregados, são determinados atuarialmente, usando o método da unidade de crédito projetada e a melhor estimativa da Administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados. A taxa de desconto usada para mensurar as obrigações das Empresas Randon, com o pagamento dos benefícios de pós-emprego, baseia-se na taxa no mercado financeiro com perspectiva de longo prazo;
- (b) Os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado;
- (c) Os custos do serviço passado decorrente de correções do plano foram amortizados linearmente durante os primeiros 20 anos, que tiveram início em Junho de 1994, não possuindo saldo remanescente de serviço anterior prestado pelos empregados em atividade;
- (d) Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no resultado abrangente do exercício;
- (e) Reduções do plano resultam de alterações significativas do tempo de serviço esperado dos empregados ativos. É reconhecida uma perda líquida com redução quando o evento é provável e pode ser estimado, enquanto que o ganho líquido com redução é diferido até a sua realização.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, com objetivo de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e das obrigações relacionadas com o Plano. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano e taxa de crescimento da massa salarial.

Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pela Companhia, são baseadas em estudos de aderência realizado pelo atuário, como inflação de longo prazo compatível com os fluxos de pagamento das obrigações avaliadas, hipóteses de rotatividade com a aplicação das probabilidades das tábuas “Experiência Empresas Randon no período 2008/2012”, e hipóteses de mortalidade e de Inválidos conforme estudo de aderência realizado em Novembro/2016.

3.16 Outros benefícios a empregados

Outros benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de previdência privada - contribuição definida, (Nota explicativa 27). Esses benefícios são registrados no resultado do exercício, quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

3.17 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações, básico e diluído - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (R1) (IAS 33).

3.18 Ações em tesouraria

Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis, líquido de quaisquer efeitos tributários, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de lucro, conforme destinação dada pela Administração da Companhia.

3.19 Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

3.20 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

3.21 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

3.22 Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "ativo intangível". Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) ou para os grupos de Unidades

Geradoras de Caixa (UGCs) que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

3.23 Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição, uma vez que têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 30 anos.

4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

4.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa 18** - Provisão para Litígios
- **Nota explicativa 15** - Imobilizado
- **Nota explicativa 16** - Intangível

4.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material, no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2019, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 08** - Clientes
- **Nota explicativa 09** - Estoques
- **Nota explicativa 10** - Impostos e contribuições a recuperar
- **Nota explicativa 12** - Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários
- **Nota explicativa 15** - Imobilizado
- **Nota explicativa 16** - Intangível
- **Nota explicativa 18** - Provisão para litígios
- **Nota explicativa 23** - Imposto sobre o lucro
- **Nota explicativa 28** - Resultado financeiro
- **Nota explicativa 29** - Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:

a. Receita de contrato com cliente

A Companhia aplicou julgamentos sobre as receitas de contrato com o cliente em relação a determinação do valor e do momento do reconhecimento da receita com cliente na nota explicativa 5.2.

b. Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber e ativos de contrato

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos de contrato. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes (como, por exemplo, por tipo de cliente e risco de crédito, entre outras).

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia.

A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito.

Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas. A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

c. Mensuração ao valor justo de propriedades para investimento

O valor justo das propriedades para investimento foi determinado por avaliadores imobiliários externos independentes, com qualificação profissional adequada e reconhecida, e experiência recente na localidade e na categoria da propriedade que está sendo avaliada. Os avaliadores independentes fornecem o valor justo da carteira das propriedades para investimento a cada data de reporte.

d. Impostos

Existem incertezas em relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Dado amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas confiáveis, para possíveis consequências em eventuais fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela Companhia e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão

em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, com estratégias de planejamento fiscal. Para mais detalhes sobre impostos diferidos, vide Nota explicativa 23.

e. *Benefícios de aposentadoria*

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide Nota explicativa 12.

f. *Mensuração ao valor justo de instrumentos financeiros*

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, por exemplo risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

g. *Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e previdenciários*

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, trabalhistas e previdenciárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

h. *Impairment de ativos não financeiros*

A Companhia utiliza regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos, especialmente imobilizado e outros ativos intangíveis. Na data de cada demonstração financeira, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (a) seu valor justo menos custos estimados de venda e (b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) gerados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor residual de um ativo for superior ao seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo de livros destes ativos.

Para os ativos registrados ao custo, a redução no montante recuperável pode ser registrada no

resultado do ano. Se o montante recuperável do ativo não puder ser determinado individualmente, o montante recuperável dos segmentos de negócio para o qual o ativo pertence é analisado.

Uma reversão de perda por recuperabilidade de ativos é permitida. A reversão nestas circunstâncias é limitada ao montante do saldo depreciado do ativo, determinado ao se considerar que a perda por recuperabilidade não tivesse sido registrada.

i. *Evidenciação de economia altamente hiperinflacionária*

Conforme divulgado na nota explicativa 2.3, a norma de contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária, qual seja, o parágrafo 3 do CPC 42/IAS 29, não prevê o uso de um índice específico de preços, mas permite que seja usado julgamento na definição de índice de preços quando a correção monetária das demonstrações contábeis se torna necessária. Dessa forma, os índices utilizados foram baseados nas informações emitidas pelo INDEC (Instituto Nacional de Estatística e Censos da Argentina): *IPIM - Índice de Precios Internos al por Mayor* e *IPC - Índice de precios al consumidor*.

5 Normas, alterações e interpretações de normas

5.1 Normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018

a. CPC 47/ IFRS 15 – Receitas de contrato com cliente

A Companhia adotou o CPC 47 / IFRS 15, a partir de 1º de janeiro de 2018. A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens ou serviços.

A receita de venda de produtos é reconhecida no momento em que se transfere o controle do ativo para o cliente, geralmente na entrega. A Companhia considera se há outras promessas no contrato que são obrigações de performance distintas, para as quais uma parcela do preço da transação precisa ser alocada (por exemplo, garantias).

Ao determinar o preço de transação para a venda de produtos, a Companhia considera os efeitos da contraprestação variável, a existência de componentes de financiamento significativos, a contraprestação não monetária e a contraprestação devida ao cliente (se houver).

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar a receita proveniente de contrato com cliente e exige que a receita seja reconhecida em um valor que reflita a contraprestação que a entidade espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente.

(i) *Contraprestação variável*

Se a contraprestação em um contrato incluir um valor variável, a Companhia estima o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de bens para o cliente. A contraprestação variável é estimada no início do contrato e restringida até que seja altamente provável que não ocorra estorno de parcela significativa de receita, no montante da receita acumulada reconhecida, quando a incerteza associada à contraprestação variável for posteriormente resolvida. Alguns contratos para venda de equipamentos eletrônicos fornecem

aos clientes o direito de devolução e abatimentos por volume. O direito de devolução e abatimentos por volume dá origem a contraprestação variável.

Alguns contratos concedem ao cliente o direito de devolução dos bens dentro de um período especificado. A Companhia utiliza o método do valor esperado para fins de estimativa dos bens que não serão devolvidos, porque este método prevê melhor o valor da contraprestação variável a que a Companhia terá direito. As exigências do CPC 47 sobre estimativas restritivas de contraprestação variável também são aplicadas para determinar o valor da contraprestação variável que pode ser incluída no preço da transação. Os montantes envolvidos não são significativos.

(ii) Componente de financiamento significativo

Geralmente, a Companhia recebe adiantamentos de curto prazo de seus clientes. Utilizando o expediente prático contido no CPC 47, a Companhia não ajusta o valor prometido de contraprestação para efeito de um componente de financiamento significativo se tem a expectativa, no início do contrato, de que o período entre a transferência do bem ou serviço prometido para o cliente e o momento em que o cliente paga por este bem ou serviço será de um ano ou menos.

Garantias

A Companhia geralmente fornece garantias para reparos gerais de defeitos que existiam no momento da venda, conforme exigido por lei. Estas garantias de natureza de asseguração são contabilizadas de acordo com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Estas garantias de tipo de serviço não são vendidas separadamente ou agrupadas à venda de produtos, o que descaracteriza a obrigação de performance de vendas de serviços distintos.

Programa de incentivo de vendas

A Companhia possui programa de incentivo de vendas que remuneram financeiramente os participantes que atingirem as metas regulamentadas. A IFRS 15 exige que a contraprestação variável estimada seja restrita para evitar o reconhecimento excessivo da receita.

Ao estimar o preço de venda dos produtos, a Companhia considera a possibilidade de pagamento do programa de incentivo de vendas. A Companhia realiza avaliação sobre o pagamento de programas de incentivo de vendas na data de cada balanço. Quaisquer impactos relevantes são ajustados na conta de receita contra o saldo de passivo.

Contas a receber de clientes

Um recebível representa o direito da Companhia a um valor de contraprestação incondicional (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido).

A norma exige que as entidades exerçam julgamento, levando em consideração todos os fatos e circunstâncias relevantes ao aplicar cada etapa do modelo a contratos com seus clientes. A norma também especifica a contabilização dos custos incrementais de obtenção de um contrato e os custos diretamente relacionados ao cumprimento de um contrato. Além disso, a norma exige divulgações mais detalhadas.

Os principais impactos da adoção do CPC 47 / IFRS 15 estão apresentados a seguir:

Obrigações de Desempenho

Nos contratos com clientes a Companhia não identificou obrigações de execução distintas relevantes nas vendas e concluiu não haver impacto significativo para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Espera-se que o reconhecimento de receita ocorra no momento em que o controle do bem é transferido para o cliente, geralmente por ocasião da entrega dos bens.

Contraprestação variável

Alguns contratos com clientes oferecem direito a descontos comerciais ou abatimentos por volume. Atualmente, a Companhia reconhece a receita da venda de bens mensurados ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de descontos comerciais, quando estes existirem.

De acordo com o CPC 47/IFRS 15, devido ao fato de que o contrato permite ao cliente a devolução dos produtos, a contraprestação recebida do cliente é variável. A Companhia não possui contratos com direito à devolução de venda, sendo que as mesmas ocorrem de forma esporádica, não apresentando valores relevantes. Por este motivo, a Companhia opta por não aplicar a norma de restrição na receita.

Em relação ao programa de incentivos de vendas, a Companhia realizou a análise do efeito do diferimento à receita e concluiu não haver impacto significativo para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Componentes de Financiamento

De acordo com o CPC 47/IFRS 15, a Companhia deve determinar se existe um componente de financiamento significativo em seus contratos. Em alguns contratos de venda, são recebidos adiantamentos de seus clientes, porém, somente de curto prazo.

A Companhia decidiu usar o expediente prático previsto na IFRS 15 e não ajustará o valor prometido da contraprestação pelos efeitos de componentes de financiamento significativos nos contratos, em que a Companhia espera, no início do contrato, que a transferência de um bem ou serviço prometido para um cliente, e o momento em que o cliente paga esse bem ou serviço, seja de um ano ou menos. Portanto, para adiantamentos de curto prazo, a Companhia não contará com um componente de financiamento, mesmo que seja significativo.

b. CPC 48/ IFRS 9 – Instrumentos financeiros

A norma IFRS 9/CPC 48 substituiu, a partir de 1º de janeiro de 2018, a norma vigente IAS 39/CPC 38 - Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração e tem como principais mudanças:

- (a) classificação e mensuração de ativos financeiros;
- (b) redução do valor recuperável (substituição do modelo de “perdas incorridas” por um modelo prospectivo de “perdas em crédito esperadas”); e
- (c) contabilidade de *hedge*.

a. Classificação e mensuração dos ativos financeiros

De acordo com o CPC 48, os instrumentos de dívida são mensurados subsequentemente pelo valor justo por meio do resultado, custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação toma por base dois critérios: o modelo de negócios da Companhia para gerenciar os ativos e se os fluxos de caixa contratuais dos instrumentos representam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A avaliação do modelo de negócio da Companhia foi efetuada a partir da data de adoção inicial, em 1º de janeiro de 2018, e aplicada prospectivamente. A avaliação se os fluxos de caixa contratuais dos instrumentos de dívida são exclusivamente compostos de pagamentos de principal e juros foi realizada com base nos fatos e circunstâncias existentes no reconhecimento inicial dos ativos.

Os requisitos de classificação e mensuração do CPC 48 não tiveram impacto significativo na Companhia. A Companhia continuou a mensurar pelo valor justo todos os ativos financeiros anteriormente mantidos ao valor justo de acordo com o CPC 38. A seguir estão apresentadas as mudanças na classificação dos ativos financeiros da Companhia:

Controladora

(Em milhares de Reais)

	31 de dezembro de 2017 - IAS 39/ CPC 38		1º de janeiro de 2018 - IFRS 9/ CPC 48	
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do Resultado	Custo amortizado/ Análise Perda Esperada	Valor justo por meio do Resultado
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa		8.458		8.458
Aplicações de Liquidez imediata	-	569.818	-	569.818
Clientes	165.945	-	165.945	-
Clientes Empresas Ligadas	13.022	-	13.022	-
Aplicações de Liquidez não imediata (CP)	-	373.927	51.157	322.770
Aplicações de Liquidez não imediata (LP)	-	135.251	116.132	19.119
Outros Direitos Realizáveis	504	-	504	-
Consórcios para revenda	29.210	-	-	29.210
Total	208.681	1.087.454	346.760	949.375

Consolidado

	31 de dezembro de 2017 - IAS 39/ CPC 38		1º de janeiro de 2018 - IFRS 9/ CPC 48	
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do Resultado	Custo amortizado/ Análise Perda Esperada	Valor justo por meio do Resultado
Ativos financeiros				
Aplicações de Liquidez imediata	-	952.613	-	952.613
Clientes	569.139	-	569.139	-
Clientes Empresas Ligadas	-	-	-	-
Aplicações de Liquidez não imediata (CP)	-	650.698	-	650.698
Aplicações de Liquidez não imediata (LP)	-	-	-	-
Outros Direitos Realizáveis	6.986	-	6.986	-
Consórcios para revenda	65.032	-	-	65.032
Clientes - Operações de crédito LP	65.682	-	65.682	-
Total	706.839	1.603.311	641.807	1.668.343

Contas a receber de clientes e outros recebíveis anteriormente classificados como empréstimos e recebíveis são classificados como recebíveis de contratos de clientes através do CPC 47/IFRS

15. Esses ativos foram avaliados pelo método de perda esperada conforme determinação do CPC 48.

A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. Não há mudanças na classificação e mensuração para os passivos financeiros da Companhia.

b. Redução ao valor recuperável - Modelo de perdas em crédito esperadas

O CPC 48 exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos de dívida, empréstimos e contas a receber de clientes, com base em 12 meses ou por toda a vida. A Companhia aplicou a abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida em contas a receber de clientes.

Na avaliação do modelo de perdas em crédito esperadas, a Companhia levou em consideração seu procedimento atual de provisão para perdas com devedores duvidosos, as características de risco de crédito das operações, seus segmentos de atuação e dos clientes, sua taxa histórica de inadimplência, estimativas futuras de perdas e indicadores de crescimento aplicáveis à área da atuação da Companhia.

Em função do atual procedimento de gerenciamento de risco e de crédito, a Companhia não apresentou impacto relevante em suas demonstrações financeiras pela alteração do modelo de perdas em créditos esperadas.

c. Contabilidade de *Hedge*

A Companhia determinou que todas as relações de *hedge* existentes atualmente designadas como relações de *hedge* eficazes continuarão a ser qualificadas para fins de contabilização de *hedge* de acordo com o CPC 48/IFRS 9. A Companhia optou por não aplicar retrospectivamente a IFRS 9 na transição para os instrumentos de proteção (*hedges*) em que se excluam os componentes (*forward points*) de designação como *hedge* de acordo com a IAS 39. A IFRS 9 não altera os princípios gerais de como uma entidade contabiliza *hedges* efetivos, a aplicação dos requisitos de *hedge* da IFRS 9 não teve um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

5.2 Normas emitidas ainda não vigentes

As normas e interpretações emitidas pelo IASB, mas ainda não adotadas, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão abaixo apresentadas. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada, pois não é permitido no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Espera-se que as seguintes normas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia, no período de adoção inicial.

a. CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil

O CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 – Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de

operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

Não há alteração substancial na contabilização dos arrendadores com base no CPC 06 (R2) em relação à contabilização atual de acordo com o CPC 06 (R1). Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação do CPC 06 (R1), distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

O CPC 06 (R2), que vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1).

A Companhia possui arrendamentos de prédios, máquinas e equipamentos utilizados para a operação. O impacto esperado é um acréscimo de aproximadamente 1% nos ativos e passivos da controladora, e 2,5% no consolidado na mesma proporção.

Com relação à análise do resultado, o valor das despesas referente aos arrendamentos operacionais, registradas no resultado operacional, darão lugar às despesas de juros dos arrendamentos mercantis, registradas no resultado financeiro, e às despesas de amortização com relação ao direito de uso dos contratos firmados.

Transição

A Companhia pretende aplicar o CPC 06 (R2) inicialmente em 1º de janeiro de 2019 utilizando a abordagem prospectiva. Será utilizado o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento, ou seja, não serão considerados contratos de arrendamento anteriores a 1º de janeiro de 2019, de curto prazo ou de baixo valor.

b. Outras normas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro;
- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2) / IAS 28);
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas;
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33).

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	2.065	474	67.678	19.994
Numerários em trânsito (a)	17.754	7.985	57.167	28.992
Aplicações financeiras (b)	902.897	569.818	1.104.306	952.613
	922.716	578.277	1.229.151	1.001.599

- (a) Os numerários em trânsito referem-se a recebimentos de exportações mantidos em instituição financeira, pendentes de fechamento de contratos de câmbio na data de encerramento das demonstrações financeiras.
- (b) As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. São representadas substancialmente por Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e fundos de renda fixa, remuneradas a taxas que variam entre 50% e 120% (50% a 102% em 31 de dezembro de 2017) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). A Companhia possui equivalentes de caixa com sua controlada indireta Banco Randon S.A., no montante de R\$ 51.157 (R\$ 15.892 em 31 de dezembro de 2017) que são remunerados a taxas que variam entre 100,00% e 120,00% do CDI (100,00% em 31 de dezembro de 2017).

7 Aplicações financeiras de liquidez não imediata

Referem-se a aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) mantidas em bancos de primeira linha, conforme demonstrado abaixo:

Aplicação	Remuneração média em 31/12/2017 35% a 120% (35% a 102,5% em 31/12/2017) do CDI	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
CDB e Operações Compromissadas LFS(Debêntures)		569.876	509.178	498.780	633.605
		-	-	10.640	17.093
Total		569.876	509.178	509.420	650.698
(-) Circulante		453.744	373.927	498.780	650.698
Não circulante		116.132	135.251	10.640	-

8 Clientes

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
No País	159.137	139.737	618.435	521.198
- De terceiros	156.314	130.241	618.435	521.198
- Partes relacionadas (nota explicativa 11)	2.459	9.184	-	-
- Vendor	364	312	-	-
No exterior	92.213	40.036	183.236	115.424
- De terceiros	65.881	36.198	183.236	115.424
- De partes relacionadas (nota explicativa 11)	26.332	3.838	-	-
	251.350	179.773	801.671	636.622
Menos:				
- Ajuste a valor presente	(1.177)	(806)	(2.248)	(1.807)
- Provisão para perdas de crédito esperadas	(32.651)	(28.500)	(49.745)	(45.995)
Total	217.522	150.467	749.678	588.820
(-) Circulante	217.522	150.467	638.718	526.646
Não circulante	-	-	110.960	62.174

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os prazos médios de recebimentos na controladora, para o mercado interno, são de 39 e 61 dias, respectivamente, e para o mercado externo 79 e 65 dias, respectivamente. Os prazos médios de recebimento dos ativos não circulantes no consolidado são de 1027 dias em 2018 e 697 dias em 2017.

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas é demonstrada a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Saldo no início do exercício	(28.500)	(26.675)	(45.995)	(47.052)
Adição por combinação de negócio	-	-	(287)	-
Adições	(2.548)	(3.973)	(11.654)	(11.693)
Adoção inicial CPC 48 / IFRS 9	(8.781)	-	(8.781)	-
Realização por integralização de capital (a)	2.471	-	-	-
Baixa/realizações	4.707	2.148	16.972	12.750
Saldo no final do exercício	(32.651)	(28.500)	(49.745)	(45.995)

(a) O valor revertido refere-se a integralização de capital na controlada Randon Veículos Ltda.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
A vencer	162.612	107.201	618.306	516.668
<u>Vencidas:</u>				

De 1 a 30 dias	48.632	28.674	110.101	62.713
De 31 a 60 dias	5.961	3.051	18.639	8.147
De 61 a 90 dias	868	2.967	5.195	6.965
De 91 a 180 dias	533	5.827	11.579	5.358
Acima de 181 dias	32.744	32.053	37.851	36.771
Total	251.350	179.773	801.671	636.622

A exposição do grupo a risco de crédito e moeda relacionados a contas a receber de clientes são divulgados na Nota explicativa 29.

9 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Produtos acabados	66.250	41.944	227.840	174.207
Produtos em elaboração	104.160	91.423	157.650	131.934
Matérias-primas	112.154	71.362	268.379	186.620
Material auxiliar e de manutenção	48.090	46.080	136.574	94.286
Adiantamentos a fornecedores	2.192	637	8.965	10.869
Importações em andamento	13.678	6.432	60.886	32.670
Ajuste correção monetária	-	-	9.163	-
Provisão para perdas com estoques	(8.122)	(12.657)	(21.513)	(23.526)
	338.402	245.221	847.944	607.060

A movimentação da provisão para perdas com estoques está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Saldo no início do exercício	(12.657)	(8.662)	(23.526)	(17.594)
Aquisição de novos negócios	-	-	(1.861)	-
Adições	(3.772)	(8.705)	(10.830)	(16.045)
Recuperações/ realizações	8.307	4.710	14.704	10.113
Saldo no final do exercício	(8.122)	(12.657)	(21.513)	(23.526)

10 Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
ICMS (a)	69.372	36.973	95.484	61.842
IPI (b)	54.498	24.377	54.821	25.279
IRPJ e CSLL (c)	98.604	79.591	116.976	89.929
COFINS (d)	14.900	13.042	22.497	17.651
PIS (d)	3.245	2.845	4.786	3.826
IVA (e)	-	-	41.666	17.926
Reintegra (f)	864	3.348	5.051	10.212
Outros	4.186	1.011	26.281	27.384
	245.669	161.187	367.562	254.049

Total

(-) Circulante	141.075	141.695	219.629	215.107
Não circulante	104.594	19.492	147.933	38.942

a. Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

O saldo é composto por créditos apurados nas operações mercantis e de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, gerados nas unidades produtoras e comerciais da Companhia.

b. Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)

O saldo compõe-se substancialmente de valores originados das operações mercantis, podendo ser compensados com tributos da mesma natureza.

c. Imposto de Renda e Contribuição Social (IR e CS)

Corresponde ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e antecipações no recolhimento de imposto de renda e contribuição social realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais a pagar.

d. Programa de Integração Social e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (PIS e COFINS)

O saldo é composto por valores de créditos originados da cobrança não cumulativa do PIS e da COFINS, apurados principalmente nas operações de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, que são compensados em parcelas mensais sucessivas, conforme determinado pela legislação.

e. Imposto sobre Valor Adicionado (IVA)

O saldo é composto por créditos de imposto sobre valor adicionado a recuperar pelas controladas Randon Argentina S.A., Fras-le Argentina S.A. e Armetal Autopartes S.A.. Os referidos créditos não prescrevem.

f. Reintegra

O saldo de Reintegra refere-se a um regime tributário no qual a Companhia toma crédito de exportação de bens manufaturados existentes em sua cadeia de produção. A compensação de tais créditos ocorre quando da apuração de valores a pagar, relativamente a qualquer outro tributo federal.

11 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com sua controladora e suas controladas, as quais foram realizadas em condições específicas, considerando os volumes das operações e prazos de pagamentos, não comparáveis a operações com terceiros não relacionados.

Randon S.A. Implementos e Participações
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018 e 2017

	Ativo				Passivo	
	Contas a receber	Aplicações financeiras e outros	JSCP a receber	Dividendos a receber	Contas a pagar por compras	Adiantamentos de controladas
Master Sistemas Automotivos Ltda. (a)						
Saldo 31 de dezembro de 2018	13	-	3.308	1.493	5.247	-
Saldo 31 de dezembro de 2017	602	-	-	-	5.610	-
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.(a)						
Saldo 31 de dezembro de 2018	79	-	1.513	-	7.049	-
Saldo 31 de dezembro de 2017	49	-	-	-	4.500	-
Fras-le S.A. (a)						
Saldo 31 de dezembro de 2018	71	-	11.022	-	635	-
Saldo 31 de dezembro de 2017	632	-	11.570	-	316	-
Randon Implementos para o Transporte Ltda.(a)						
Saldo 31 de dezembro de 2018	1.298	-	-	-	-	-
Saldo 31 de dezembro de 2017	6.883	8	-	-	-	-
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda.(a)						
Saldo 31 de dezembro de 2018	2	9.576	-	-	5.642	-
Saldo 31 de dezembro de 2017	791	15.881	-	-	5.333	6
Fras-le Argentina S.A.(b)						
Saldo 31 de dezembro de 2018	262	-	-	97	-	-
Saldo 31 de dezembro de 2017	1.052	-	-	97	-	-
Randon Argentina S.A.(a)						
Saldo 31 de dezembro de 2018	15.304	-	-	5.807	-	-
Saldo 31 de dezembro de 2017	1.352	-	-	-	-	-
Randon Perú S.A.C.(a)						
Saldo 31 de dezembro de 2018	10.767	-	-	-	-	-
Saldo 31 de dezembro de 2017	1.434	-	-	-	-	-
Randon Administradora de Consórcios Ltda.(a)						
Saldo 31 de dezembro de 2018	-	14.676	-	-	-	-
Saldo 31 de dezembro de 2017	27	-	-	-	-	85
Randon Collection Comércio de Artigos Promocionais Ltda.(a)						
Saldo 31 de dezembro de 2018	-	-	-	-	-	-
Saldo 31 de dezembro de 2017	58	-	-	-	-	-
Banco Randon S.A.(d)						
Saldo 31 de dezembro de 2018	-	167.289	-	1.361	-	-
Saldo 31 de dezembro de 2017	7	135.279	-	1.459	-	1
Freios Controil Ltda.(b)						
Saldo 31 de dezembro de 2018	8	-	-	-	9	-
Saldo 31 de dezembro de 2017	-	-	-	-	-	-
Fremax Sistemas Automotivos Eireli.(b)						
Saldo 31 de dezembro de 2018	13	-	-	-	-	-
Saldo 31 de dezembro de 2017	-	-	-	-	-	-
Randon Veículos Ltda.(a)						
Saldo 31 de dezembro de 2018	974	351	-	-	943	-
Saldo 31 de dezembro de 2017	-	-	-	-	-	-
Outras partes relacionadas (c)*						
Saldo 31 de dezembro de 2018	-	328	-	-	28	-
Saldo 31 de dezembro de 2017	161	-	-	-	67	14
Saldo 31 de dezembro de 2018	28.791	192.220	15.843	8.758	19.553	-
Saldo 31 de dezembro de 2017	13.048	151.168	11.570	1.556	15.826	106

Randon S.A. Implementos e Participações
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018 e 2017

(*) No consolidado, o saldo de outras partes relacionadas foi de R\$ 2.080 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 1.493 em 31 de dezembro de 2017).

	Transações				Prazo médio	
	Venda de produtos e serviços	Compra de produtos e serviços	Outras receitas	Outras despesas	Recebimentos	Pagamentos
Master Sistemas Automotivos Ltda. (a)						
Saldo 31 de dezembro de 2018	5.327	168.684	11.985	257	25	41
Saldo 31 de dezembro de 2017	4.365	121.396	7.164	338	23	20
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda. (a)						
Saldo 31 de dezembro de 2018	573	93.091	2.369	3	11	39
Saldo 31 de dezembro de 2017	145	55.468	2.225	38	13	40
Fras-le S.A.(a)						
Saldo 31 de dezembro de 2018	6.696	23.570	14.738	3.955	24	42
Saldo 31 de dezembro de 2017	6.398	19.392	14.087	3.233	15	25
Randon Implementos para o Transporte Ltda.(a)						
Saldo 31 de dezembro de 2018	71.779	361	58	112	14	13
Saldo 31 de dezembro de 2017	67.173	405	191	96	12	22
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda.(a)						
Saldo 31 de dezembro de 2018	11.194	207.061	15.110	440	17	13
Saldo 31 de dezembro de 2017	12.307	129.780	14.411	1.130	39	15
Freios Controil Ltda. (b)						
Saldo 31 de dezembro de 2018	981	140	1.674	3	96	-
Saldo 31 de dezembro de 2017	940	-	-	-	12	-
Randon Argentina S.A.(a)						
Saldo 31 de dezembro de 2018	39.955	-	-	-	72	-
Saldo 31 de dezembro de 2017	33.804	-	-	-	49	-
Randon Administradora de Consórcios Ltda.(a)						
Saldo 31 de dezembro de 2018	1.758	-	2.041	10	2	-
Saldo 31 de dezembro de 2017	2.197	-	1.790	27	7	-
Banco Randon S.A. (d)						
Saldo 31 de dezembro de 2018	442	-	10.617	7.306	-	-
Saldo 31 de dezembro de 2017	454	-	10.923	5.453	9	-
Randon Automotive (PTY) LTD.(a)						
Saldo 31 de dezembro de 2018	-	670	-	-	-	1
Saldo 31 de dezembro de 2017	-	653	-	-	-	1
Fras-le Argentina S.A. (b)						
Saldo 31 de dezembro de 2018	2.740	-	-	-	97	-
Saldo 31 de dezembro de 2017	3.205	-	-	-	118	-
Randon Collection Comércio de Artigos Promocionais Ltda.(a)						
Saldo 31 de dezembro de 2018	-	34	-	-	112	49
Saldo 31 de dezembro de 2017	58	-	-	-	-	-
Randon Perú S.A.C.(a)						
Saldo 31 de dezembro de 2018	10.183	-	-	-	350	-
Saldo 31 de dezembro de 2017	708	-	-	-	-	-
Randon Veículos Ltda.(a)						
Saldo 31 de dezembro de 2018	1	972	1.191	1.252	1	-
Saldo 31 de dezembro de 2017	-	-	-	-	-	-
Fras-le Panamericana S.A.S. (b)						
Saldo 31 de dezembro de 2018	21	-	-	-	-	-
Saldo 31 de dezembro de 2017	-	-	-	-	-	-
Outras partes relacionadas (c)						
Saldo 31 de dezembro de 2018	74	37	152	113	79	89
Saldo 31 de dezembro de 2017	700	38	154	352	34	75
Total						
Saldo 31 de dezembro de 2018	151.724	494.620	59.935	13.451		

	Transações				Prazo médio	
	Venda de produtos e serviços	Compra de produtos e serviços	Outras receitas	Outras despesas	Recebimentos	Pagamentos
Saldo 31 de dezembro de 2017	132.454	327.132	50.945	10.667		

- (a) Sociedade controlada direta da Companhia.
- (b) Sociedade controlada pela Fras-le S.A.
- (c) Saldos mantidos com outras partes relacionadas..
- (d) Sociedade controlada pela Randon Investimentos Ltda.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as operações de vendas com as empresas do Grupo Meritor atingiram o montante, na Master Sistemas Automotivos Ltda., de R\$ 44.413 (R\$ 33.290 em 31 de dezembro de 2017), na Fras-Le S.A. e suas controladas de R\$ 157.613 (R\$ 98.850 em 31 de dezembro de 2017), na Randon S.A. Implementos e Participações e suas filiais de R\$ 3.254 (R\$ 2.152 em 31 de dezembro de 2017).

As operações de vendas com as empresas do grupo Jost Werke atingiram o montante, na Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda., de R\$ 2.365 (R\$ 1.169 em 31 de dezembro de 2017).

Termos e condições de transações com partes relacionadas

As transações de vendas com partes relacionadas referem-se a vendas de mercadorias para abastecimento dos mercados nos quais estão sediadas e vendas de insumos utilizados na produção. As operações de compras efetuadas com partes relacionadas referem-se a fornecimento de insumos utilizados no processo produtivo da Companhia.

Os saldos de conta-corrente, relativos aos contratos de mútuo entre controladora, controladas e outras partes relacionadas, possuem prazo de vencimento indeterminado e são atualizados *pro rata tempore* pela taxa DI-Extra, editada pela Andima.

As transações comerciais praticadas com essas partes relacionadas seguem políticas de preços e prazos específicos estabelecidos em contrato de associação entre as partes. O acordo comercial leva em consideração o prazo, o volume e a especificidade dos produtos adquiridos pelas partes relacionadas, que não são comparáveis aos vendidos para partes não relacionadas.

Nas transações comerciais com vencimentos a prazo, a Companhia utiliza como taxa de juros o Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que é a mesma taxa de referência para as transações comerciais praticadas com terceiros. Para as transações comerciais com vencimento à vista não são praticados juros.

Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia e suas controladas

A Companhia e suas controladas definiram como pessoal chave: o Conselho de Administração, a Diretoria Estatutária, o Conselho Fiscal, a Diretoria Não Estatutária e os principais executivos das empresas controladas.

Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da Administração estão representados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Benefícios de curto prazo (salários, ordenados, participações nos lucros e despesas com assistência médica)	15.068	14.787	24.903	23.307
Benefícios pós-emprego - contribuições para Randonprev	1.023	730	1.464	1.156
Total	16.091	15.517	26.367	24.463

A Companhia não realizou o pagamento ao seu pessoal chave da Administração remuneração em outras categorias de i) benefícios de longo prazo, ii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho e iii) remuneração baseada em ações.

12 Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

A Companhia é patrocinadora da RANDONPREV - Plano de Pensão, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela previdência social aos seus empregados. O plano de suplementação é do tipo contribuição definida de aposentadoria para seus funcionários, com regime financeiro de capitalização.

O plano é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, por atuário independente, para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros.

O valor justo dos ativos do plano foi apurado com base nos parâmetros de mercado existentes no final do exercício de 31 de dezembro de 2018 ou, quando aplicável, pela projeção dos benefícios futuros derivados da utilização do ativo, descontada a valor presente. A obrigação atuarial no final do exercício foi determinada, com base nos cálculos do atuário independente, utilizando-se o método da unidade de crédito projetada.

A Companhia oferece plano de benefício definido que substancialmente cobre todos os seus empregados, sendo que as contribuições são feitas em fundos separados dos fundos próprios da Companhia.

As tabelas a seguir apresentam um resumo dos componentes da despesa de benefício líquido reconhecida na demonstração do resultado, bem como do status e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Despesa líquida com benefício (reconhecida no custo de vendas)				
Custo de serviço corrente	160	170	400	367
Custo dos juros sobre VPO	304	529	650	1.004
Receita de juros sobre ativos do plano	(906)	(1.017)	1.928	1.929
Juros sobre o superávit irrecuperável	591	463	1.255	876
Custo de benefício definido no resultado	149	145	4.233	4.176
Rendimento real dos ativos do plano	397	131	2.247	2.247

Ativo de benefícios

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2018	2017	2018	2017
Obrigação com benefícios definidos	(3.296)	(3.296)	(7.791)	(7.001)
Valor justo dos ativos do plano	9.654	9.337	21.179	19.829
Ajuste devido	(6.041)	(6.041)	(1.287)	(12.828)
Ativo de benefícios	317	-	12.101	-
Fundo de reversão dos planos de contribuição definida	1.940	2.802	2.197	4.632
Total de avaliação atuarial	7.521	-	14.298	-
(-) Circulante	2.404	2.802	4.115	4.632
Não circulante	5.117	-	10.183	-

As movimentações no valor presente de obrigação com benefício definido são os seguintes:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Obrigação com benefício definido em 31 de dezembro de 2016	(5.116)	(9.688)
Custo de juros	(529)	(1.004)
Custo do serviço corrente	(170)	(582)
Benefícios pagos	251	377
Ganhos/Perdas atuariais sobre obrigações	2.268	3.896
Obrigação com benefício definido em 31 de dezembro de 2017	(3.296)	(7.001)
Custo de juros	(304)	(650)
Custo do serviço corrente	(160)	(400)
Benefícios pagos	325	560
Ganhos/Perdas atuariais sobre obrigações	(116)	(299)
Obrigação com benefício definido em 31 de dezembro de 2018	(3.551)	(7.790)

As movimentações no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2016	9.256	17.528
Retorno sobre o investimento	131	2.247
Contribuição do empregador	201	431
Benefícios pagos	(251)	(377)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2017	9.337	19.829
Retorno sobre o investimento	397	1.405
Contribuição do empregador	245	504
Benefícios pagos	(325)	(560)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2018	9.654	21.178

A Companhia espera contribuir com R\$ 4.115 aos seus planos de previdência com benefício

definido, em 2019. As principais categorias dos ativos do plano com uma porcentagem do valor justo dos ativos totais do plano são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Ações	1.965	2.006	4.311	4.259
Títulos	7.690	7.331	16.868	15.570
	9.655	9.337	21.179	19.829

A taxa total esperada de rendimento de ativos é apurada com base nas expectativas de mercado existentes naquela data, aplicável ao período ao longo do qual a obrigação deve ser liquidada. Essas expectativas estão refletidas nas principais premissas abaixo.

	2018	2017
Taxa de desconto	9,10%	9,78%
Taxa de crescimento salarial	6,16%	6,42%
Taxa de crescimento de benefícios	4,00%	4,25%
Expectativa de vida de participantes recebendo renda vitalícia	26	26

A expectativa estimada de benefício definido para o próximo exercício são as seguintes:

	Controladora	Consolidado
Contribuições esperadas para o exercício a encerrar em 31 de dezembro de 2018 realizada pela empresa		
Empresas	275	548
	275	548
Perfil de vencimento da obrigação de benefício definido		
Pagamentos de benefícios esperados no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2019	379	758
Pagamentos de benefícios esperados nos exercícios a findar-se em 31 de dezembro de 2020 a 31 de dezembro de 2028	3.476	8.123
	3.855	8.881
Análise da obrigação de benefício definido por categoria do participante		
Participantes ativos	3.417	7.499
BPDs- Benefícios proporcionais diferidos	32	65
Aposentados	-	-
	3.449	7.564
Informações patrimoniais		
Percentual de alocação total em 31 de dezembro de 2018		
Renda variável	11,00%	11,00%
Renda fixa	88,00%	88,00%
Outros	1,00%	1,00%
	100,00%	100,00%
Resultado do exercício		
Custo de serviço corrente	160	400
Juros líquidos sobre passivo/(ativo) líquido	(11)	(23)
	149	377

O quadro abaixo apresenta a análise de sensibilidade do valor presente da obrigação, em 31 de dezembro de 2018:

	Valor Presente da Obrigação (VPO) 2018	1 p.p Aumento - Efeito no VPO	1 p.p Redução - Efeito no VPO
Patrocinadora			
Randon S.A. Implementos e Participações	3.551	(231)	263
Randon Implementos para o Transporte Ltda.	97	(6)	7
Master Sistemas Automotivos Ltda.	556	(36)	41
Randon Administradora de Consórcios Ltda.	160	(10)	11
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	219	(14)	16
Fras-le S.A.	2.691	(175)	199
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda.	262	(17)	19
Freios Controil Ltda.	226	(15)	17
Banco Randon S.A.	25	(1)	1
Total	7.787	(505)	574

	Valor Presente da Obrigação (VPO) 2017	1 p.p Aumento - Efeito no VPO	1 p.p Redução - Efeito no VPO
Patrocinadora			
Randon S.A. Implementos e Participações	3.296	(211)	239
Randon Implementos para o Transporte Ltda.	88	(6)	6
Master Sistemas Automotivos Ltda.	473	(30)	34
Randon Administradora de Consórcios Ltda.	128	(8)	9
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	167	(11)	12
Fras-le S.A.	2.419	(154)	176
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda.	185	(12)	13
Freios Controil Ltda.	215	(14)	16
Banco Randon S.A.	25	(2)	2
Total	6.996	(448)	507

Conforme item 145 do CPC33 (R1) e de acordo com os resultados do estudo, foi calculado o efeito no valor do VPO considerando um ponto percentual a maior e a menor na taxa de desconto. A combinação da taxa real de desconto com a taxa de inflação, resulta na taxa nominal de desconto igual a 9,10% a.a. Considerando o aumento de 1% na taxa de desconto, esta sensibilidade representará um acréscimo de R\$ 231 no valor do VPO, e, com a redução de 1% nesta taxa, haverá a redução no VPO de R\$ 263 na Randon S.A. Implementos e Participações. A avaliação da sensibilidade individualizada por controladas foi realizada tendo como parâmetro a quantidade de funcionários por empresa.

13 Investimentos

Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Participação em controladas	876.421	847.943	-	-
Outros investimentos	1.272	1.272	1.279	1.279
Lucros não realizados nos estoques	(1.489)	(125)	-	-
Lucros não realizados em imóveis	(1.123)	(1.123)	-	-
	875.081	847.967	1.279	1.279

Movimentação dos saldos

A movimentação dos investimentos pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Saldos no início do exercício	847.967	921.041	1.279	1.276
Integralização de capital social	14.964	1.920	-	3
Baixa outros investimentos	-	(97.990)	-	-
Equivalência patrimonial	129.804	117.058	-	-
Variação cambial das investidas no exterior	(5.191)	(2.885)	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos recebidos	(115.463)	(95.229)	-	-
Avaliação Randonprev	2.465	67	-	-
Lucros não realizados nos estoques / imóveis	(1.364)	(2)	-	-
Outros resultados abrangentes de controladas	1.899	3.987	-	-
Saldos no final do exercício	875.081	847.967	1.279	1.279

Redução de Capital da Randon Implementos para o Transporte Ltda.

Em 05 de julho de 2017, a empresa Randon Implementos para o Transporte Ltda., através da Ata nº 17 de Reunião de Sócios, aprovaram a redução de capital social da Sociedade no valor de R\$ 98.000, mediante pagamento às sócias, em dinheiro, de acordo com sua respectiva participação societária.

Em 19 de outubro de 2017, foi reconhecida esta alteração através da efetivação da Alteração e Consolidação do Contrato Social nº 14, onde o capital social passou de R\$ 150.000 para R\$ 52.000.

Movimentação dos saldos

	Fras-le S.A.	Master Sistemas Automotivos Ltda.	Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	Randon Implementos para o Transporte Ltda.	Randon Administradora de Consórcios Ltda.	Randon Peru	Randon Veículos	Randon Collection	Randon Argentina S.A.	Castertech Fundição e Tecnologia Ltda.	Randon Investimentos Ltda.	Randon Automotive Ltda.	Fras-le Argentina S.A.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	399.023	63.875	30.622	70.235	53.917	1.165	-	235	17.141	128.698	81.655	528	849	847.943
- Aumento de participação societária	-	-	-	-	-	930	14.034	-	-	-	-	-	-	14.964
- Baixa investimento														
- Juros sobre capital próprio e dividendos recebidos	(25.738)	(17.248)	(5.879)	(16.398)	(38.655)	-	-	-	(5.807)	-	(5.738)	-	-	(115.463)
- Ajustes acumulados de conversão	(12.378)	-	-	-	-	109	-	-	6.966	-	-	35	77	(5.191)
- Outros resultados abrangentes	1.899	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.899
- Avaliação Randonprev	1.535	309	122	6	175	-	-	-	-	292	26	-	-	2.465
- Equivalência patrimonial	47.902	21.271	13.573	3.423	25.416	(2.108)	(1.199)	7	(93)	16.821	5.729	(67)	(871)	129.804
Saldos em 31 de dezembro de 2018	412.243	68.207	38.438	57.266	40.853	96	12.835	242	18.207	145.811	81.672	496	55	876.421

Juros sobre o capital próprio e dividendos recebidos

Até 31 de dezembro de 2018, a Companhia reconheceu Juros Sobre o Capital Próprio (JSCP) no valor de R\$ 31.408 (R\$ 34.421 em 31 de dezembro de 2017), e dividendos de controladas no valor de R\$ 84.055 (R\$ 60.808 em 31 de dezembro de 2017).

Randon S.A. Implementos e Participações
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018 e 2017

Informações das controladas

	Fras-le S.A. (*)	Master Sistemas Automotivos Ltda. (*)	Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda. (*)	Randon Implementos para o Transporte Ltda.	Randon Administradora de Consórcios Ltda.	Randon Argentina S.A.	Randon Collection	Randon Peru	Randon Veículos	Castertech Fundição e Tecnologia Ltda.	Randon Investim entos Ltda.	Randon Automotive Ltda.	Fras-le Argentina S.A.	Controladora	
														31/12/2018	31/12/2017
Capital social	600.000	60.000	5.690	52.000	30.000	20.936	250	3.311	14.034	170.000	75.100	47	26.636		
Quantidade total de ações ou quotas da investida (em lotes de mil)															
- Ordinárias	217.566	-	-	-	-	4.882	-	3.280	-	-	-	-	166.019		
- Quotas	-	60.000	5.690	52.000	30.000	-	250	-	14.034	170.000	75.100	210	-		
Participação no capital social, no final do exercício - %	51,16	51	51	99,99	99,57	95,12	99,99	51	99,99	99,99	99,99	100	0,51		
Ativos	1.527.213	247.431	117.129	64.737	146.148	47.504	324	16.524	16.852	197.598	436.844	510	67.627		
Passivos	700.653	113.121	41.070	7.465	105.119	28.363	82	16.336	4.016	51.777	355.171	14	56.829		
Receita líquida	1.141.150	472.908	248.080	65.796	138.264	97.487	163	6.706	896	351.383	40.702	864	70.950		
Patrimônio líquido ajustado	807.127	134.310	76.059	57.272	41.029	19.141	242	188	12.836	145.821	81.673	496	10.798		
Lucro líquido/ (Prejuízo) do exercício	93.329	41.840	26.714	3.423	25.527	(97)	7	(4.132)	(1.198)	16.823	5.728	(68)	(19.310)		
Ajustes acumulados de conversão	(12.378)	-	-	-	-	6.966	-	109	-	-	-	35	77	(5.191)	(2.884)
Equivalência patrimonial	47.902	21.271	13.573	3.423	25.416	(93)	7	(2.108)	(1.199)	16.821	5.729	(67)	(871)	129.804	117.058
Valor do investimento	412.243	68.207	38.438	57.266	40.853	18.207	242	96	12.835	145.811	81.672	496	55	876.421	847.943

(*) Exclui lucros não realizados nos estoques: Fras-le S.A. (R\$ 683), Master Sistemas Automotivos Ltda. (R\$ 291) e Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda. (R\$ 352).

14 Propriedade para investimento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Saldo início período/ exercício	19.107	-	42.342	53.105
Valor de aquisição do bem	-	19.112	4.292	19.112
Baixas	-	-	-	(29.483)
Depreciação	-	(5)	(23)	(392)
Ajuste de valor justo	2.028	-	2.028	-
Saldo no final do exercício	21.135	19.107	48.639	42.342

Na controladora a propriedade para investimento é constituída de uma área de reflorestamento, que encontra-se arrendada, composta de terrenos, prédios e de uma área de plantação. Essa propriedade possui uma área total de 1.809,6 hectares e está localizada na cidade de Esmeralda/Rio Grande do Sul.

No consolidado, as propriedades para investimento são constituídas de um terreno com área total de 110.460 m² e área construída de 28.467 m², localizados na cidade de Guarulhos/São Paulo, pertencente à controlada direta Randon Implementos para o Transporte Ltda., uma área cedida mediante contrato de locação, composta por um terreno de 2.978,08 m² e um prédio de 657,64 m², localizado na cidade de Sorocaba/São Paulo, pertencente à controlada indireta Jurid do Brasil Sistemas Automotivos Ltda., e um imóvel situado na cidade de Lajeado/Rio Grande do Sul, com área construída de 2.421,97 m², pertencente à controlada indireta Banco Randon S/A.. As propriedades para investimento são mensuradas pelo seu valor justo e não estão sendo utilizadas nas atividades operacionais da Companhia, sendo mantidas para auferir aluguel ou para valorização de capital.

O valor justo das propriedades para investimento foi determinado por avaliadores imobiliários externos independentes, com qualificação profissional adequada e reconhecida, e experiência recente na localidade e na categoria da propriedade que está sendo avaliada.

15 Imobilizado

Controladora

Custo do imobilizado	Terrenos e prédios	Máquinas, equipamentos e moldes	Móveis e utensílios	Equipamentos de Tecnologia	Veículos	Imobilizado em andamento	Importação em andamento e adiantamento a fornecedores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	509.933	582.682	13.719	14.684	13.653	73.381	1.697	1.209.749
Aquisições	17.497	10.775	770	240	166	23.240	11.635	64.323
Baixas	(391)	(7.366)	(939)	(31)	(1.568)	-	-	(10.295)
Transferências	(12.602)	10.280	330	-	140	(10.495)	(1.717)	(14.064)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	514.437	596.371	13.880	14.893	12.391	86.126	11.615	1.249.713
Aquisições	9.788	20.016	1.368	2.002	1.852	6.733	7.043	48.802
Baixas	(731)	(19.914)	(390)	(433)	(1.105)	44	-	(22.529)
Transferências	54.580	33.160	129	180	102	(79.147)	(9.816)	(812)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	578.074	629.633	14.987	16.642	13.240	13.756	8.842	1.275.174
Depreciação								
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(80.399)	(358.660)	(9.078)	(13.133)	(10.274)	-	-	(471.544)
Depreciação	(7.710)	(32.367)	(739)	(653)	(722)	-	-	(42.191)
Baixas	69	6.055	930	32	1.127	-	-	8.213
Transferências	(27)	(1)	21	-	-	-	-	(7)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(88.067)	(384.973)	(8.866)	(13.754)	(9.869)	-	-	(505.529)
Depreciação	(8.573)	(32.706)	(765)	(542)	(729)	-	-	(43.315)
Baixas	57	13.615	289	371	791	-	-	15.123
Perdas por redução ao valor recuperável	-	(1.249)	-	-	-	-	-	(1.249)
Transferências	12	-	-	-	-	-	-	12
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(96.571)	(405.313)	(9.342)	(13.925)	(9.807)	-	-	(534.958)
Valor residual líquido								
Saldos em 31 de dezembro de 2017	426.370	211.398	5.014	1.139	2.522	86.126	11.615	744.184
Saldos em 31 de dezembro de 2018	481.503	224.320	5.645	2.717	3.433	13.756	8.842	740.216

Randon S.A. Implementos e Participações
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018 e 2017

Consolidado

Custo do imobilizado	Terrenos e prédios	Máquinas, equipamentos e moldes	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação	Veículos	Imobilizado em andamento	Importação em andamento e adiantamento a fornecedor	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	770.736	1.464.254	37.980	30.486	18.501	91.741	1.965	2.415.663
Aquisições	20.343	21.500	1.564	1.335	173	66.949	13.863	125.727
Aquisições novos negócios	2.382	11.597	174	638	764	743	13	16.311
Baixas	(492)	(33.573)	(3.013)	(1.337)	(2.909)	(913)	-	(42.237)
Transferências/Reclassificação	(10.347)	27.492	409	151	213	(30.422)	(1.854)	(14.358)
Mais Valia	19.165	4.477	118	-	103	-	-	23.863
Variação cambial	(831)	2.006	(14)	3	(55)	122	-	1.231
Saldos em 31 de dezembro de 2017	800.956	1.497.753	37.218	31.276	16.790	128.220	13.987	2.526.200
Aquisições	11.767	66.943	2.885	4.403	2.702	76.058	13.768	178.526
Aquisições novos negócios	25.056	82.115	2.007	1.745	420	2.302	-	113.645
Baixas	(3.091)	(46.018)	(743)	(766)	(1.161)	(8.451)	(413)	(60.643)
Transferências/Reclassificação	52.528	40.919	9.217	681	95	(100.381)	(10.804)	(7.745)
Mais Valia	20.964	19.067	132	-	29	-	-	40.192
Variação cambial	31	12.615	162	518	(316)	2.241	6	15.257
Correção monetária	12.062	6.657	969	2.960	1.675	-	-	24.323
Saldos em 31 de dezembro de 2018	920.273	1.680.051	51.847	40.817	20.234	99.989	16.544	2.829.755
Depreciação								
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(152.883)	(901.192)	(26.664)	(26.467)	(14.076)	(1.309)	-	(1.122.591)
Depreciação	(14.048)	(78.769)	(2.064)	(1.504)	(986)	-	-	(97.371)
Depreciação aquisição novos negócios	(1.126)	(8.008)	(143)	(321)	(380)	-	-	(9.978)
Baixas	167	30.969	2.701	1.026	1.850	-	-	36.713
Transferência	2.807	(2.466)	72	(33)	-	-	-	380
Perdas por redução ao valor recuperável	(3.282)	(5.749)	-	-	-	-	-	(9.031)
Variação cambial	225	(1.103)	12	(13)	30	(19)	-	(868)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(168.140)	(966.318)	(26.086)	(27.312)	(13.562)	(1.328)	-	(1.202.746)
Depreciação	(15.182)	(81.745)	(2.499)	(1.919)	(956)	-	-	(102.301)
Depreciação aquisição novos negócios	(13.285)	(55.196)	(1.162)	(1.248)	(240)	-	-	(71.131)
Baixas	1.717	25.938	587	698	848	-	-	29.788
Transferência	4.142	8.246	(6.299)	57	16	-	-	6.162
Perdas por redução ao valor recuperável	-	6.143	-	-	-	-	-	6.143
Variação cambial	(1.169)	(7.724)	(28)	(101)	128	(228)	-	(9.122)
Correção monetária	(1.398)	(3.486)	(214)	(682)	(751)	-	-	(6.531)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(193.315)	(1.074.142)	(35.701)	(30.507)	(14.517)	(1.556)	-	(1.349.738)
Valor residual líquido								
Saldos em 31 de dezembro de 2017	632.816	531.435	11.132	3.964	3.228	126.892	13.987	1.323.454
Saldos em 31 de dezembro de 2018	726.958	605.909	16.146	10.310	5.717	98.433	16.544	1.480.017

Em 31 de dezembro de 2017, ao realizar os testes de redução ao valor recuperável dos ativos, a Companhia identificou que a unidade geradora de caixa de Blocos, controlada diretamente pela Fras-le S.A, denominada Fras-le North-America Inc., não apresentava viabilidade econômica naquele momento, e a Administração não possuía expectativa de recuperar, em sua integralidade, os montantes investidos no projeto, tendo reconhecido provisão para perdas por *impairment* de R\$ 21.160. A Companhia revisou suas estimativas de recuperação do investimento na unidade Blocos e reverteu, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$ 7.392, sendo que o impacto cambial desta reversão foi de R\$ 3.626 (R\$ 9.031 em 31 de dezembro de 2017), sendo o *impairment* total desta unidade, em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$ 17.394 (R\$ 21.160 em 31 de dezembro de 2017).

No ano de 2018, a controladora da Companhia, Randon S.A., identificou a existência de máquinas que estavam contabilizadas a um valor maior que o valor de mercado, e registrou um *impairment* de R\$ 1.249 referente a essa expectativa de perda.

Com exceção do exposto acima, a Companhia não identificou a existência de indicadores onde outros ativos poderiam estar registrados acima do seu valor recuperável.

Imobilizado em andamento

As imobilizações em andamento consolidadas estão representadas substancialmente por projetos de expansão e otimização das unidades industriais, conforme relacionado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Construções e benfeitorias em imóveis	176	53.598	2.213	54.196
Fabricação e instalação de máquinas e equipamentos	11.211	26.843	86.559	64.551
Fabricação de ferramentas	2.369	5.685	9.661	8.145
	13.756	86.126	98.433	126.892

Custos de empréstimos capitalizados

Na controladora, o montante de custo de empréstimos capitalizados no exercício foi de R\$ 2.458 (R\$ 4.807 em 31 de dezembro de 2017). A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos passíveis de capitalização foi de 0,53% a.m. (0,49% a.m. em 31 de dezembro de 2017) , que representa a taxa efetiva dos empréstimos específicos.

No consolidado, o montante de custo de empréstimos capitalizados no exercício foi de R\$ 3.385 (R\$ 5.126 em 31 de dezembro de 2017). A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos passíveis de capitalização foi de 0,43% a.m. (0,43% a.m. em 31 de dezembro de 2017), que representa a taxa efetiva dos empréstimos específicos.

Arrendamentos mercantis financeiros e ativos em construção

O valor contábil do imobilizado mantido sob compromisso de arrendamento mercantil financeiro, em 31 de dezembro de 2018, foi de R\$ 2.483 (R\$ 2.628 em 31 de dezembro de 2017).

Os ativos em construção serão registrados como “terrenos e prédios”, após finalização da construção.

16 Intangível

Controladora

Custo ou avaliação	Marcas e Patentes	Intangível em andamento	Software e licenças	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>202</u>	<u>240</u>	<u>109.979</u>	<u>110.421</u>
Aquisições	-	-	481	481
Baixas	-	-	(903)	(903)
Transferências	-	(62)	508	446
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>202</u>	<u>178</u>	<u>110.065</u>	<u>110.445</u>
Aquisições	-	544	3.529	4.073
Baixas	-	(1)	(4.212)	(4.213)
Transferências	-	-	812	812
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>202</u>	<u>721</u>	<u>110.194</u>	<u>111.117</u>
Amortização				
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(68.966)</u>	<u>(68.966)</u>
Amortização	-	-	(11.798)	(11.798)
Baixas	-	-	564	564
Transferências	-	-	12	12
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(80.188)</u>	<u>(80.188)</u>
Amortização	-	-	(11.390)	(11.390)
Baixas	-	-	3.140	3.140
Transferências	-	-	(12)	(12)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(88.450)</u>	<u>(88.450)</u>
Valor residual líquido				
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>202</u>	<u>178</u>	<u>29.877</u>	<u>30.257</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>202</u>	<u>721</u>	<u>21.744</u>	<u>22.667</u>

Randon S.A. Implementos e Participações
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018 e 2017

Consolidado

Custo ou avaliação	Marcas e Patentes	Intangível em andamento	Software e licenças	Carteira de Clientes	Ágio	Direito de Uso de Subestação de energia	Direito de uso de ativos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	221	469	174.124	-	-	16.914	-	191.728
Aquisições	-	1.589	1.386	-	-	-	-	2.975
Mais Valia	5.569	-	-	40.553	9.101	-	-	55.223
Baixas	-	(729)	(3.386)	-	-	-	-	(4.115)
Transferências/Reclassificação	-	(62)	802	-	-	-	-	740
Variação cambial	-	3	72	-	-	-	-	75
Saldos em 31 de dezembro de 2017	5.790	1.270	172.998	40.553	9.101	16.914	-	246.626
Aquisições novos negócios	-	-	3.488	-	-	-	-	3.488
Aquisições	-	1.732	7.246	-	73.024	-	-	82.002
Mais Valia	13.279	-	(3)	12.848	-	-	1.322	27.446
Baixas	(40)	-	(4.538)	-	-	-	-	(4.578)
Transferências/Reclassificação	-	(1.093)	3.768	-	-	-	-	2.675
Variação cambial	-	-	194	-	(9.100)	-	-	(8.906)
Correção monetária	-	-	91	-	-	-	-	91
Saldos em 31 de dezembro de 2018	19.029	1.909	183.244	53.401	73.025	16.914	1.322	348.844
Amortização								
Saldos em 31 de dezembro de 2016	-	-	(113.750)	-	-	(9.395)	-	(123.145)
Amortização	-	-	(16.934)	-	-	(2.976)	-	(19.910)
Baixas	-	-	2.785	-	-	-	-	2.785
Transferência	-	-	12	-	-	-	-	12
Variação cambial	-	-	(17)	-	-	-	-	(17)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	-	-	(127.204)	-	-	(12.371)	-	(140.275)
Amortização	-	-	(16.948)	-	-	(2.971)	-	(19.919)
Amortização aquisição novos negócios	-	-	(1.430)	-	-	-	-	(1.430)
Baixas	40	-	3.312	-	-	-	-	3.352
Transferência	-	-	(1.070)	-	-	-	-	(1.070)
Variação cambial	-	-	(121)	-	-	-	-	(121)
Correção monetária	-	-	(2)	-	-	-	-	(2)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	40	-	(144.163)	-	-	(15.342)	-	(159.465)
Valor residual líquido								
Saldos em 31 de dezembro de 2017	5.790	1.270	45.094	40.553	9.101	4.543	-	106.351
Saldos em 31 de dezembro de 2018	19.069	1.909	39.081	53.401	73.025	1.572	1.322	189.379

Os principais ativos intangíveis referem-se a direitos sobre softwares e licenças adquiridos de terceiros, amortizados ao longo de sua vida útil estimada entre 5 e 8 anos, direitos de uso de subestação de energia, amortizados linearmente pelo prazo de 10 anos. Carteira de clientes, marcas, ágio e direito de uso são originários das combinações de negócios e estão apresentados na nota explicativa 2.4.

A Companhia não possui ativos intangíveis gerados internamente.

(i) Ágio na controlada indireta Armetal

O ágio da controlada indireta Armetal foi avaliado, em 31 de dezembro de 2018, pelo seu valor recuperável. O ágio é composto pelas unidades geradoras de caixa (UGC's) Armetal (Argentina) e Fanacif (Uruguai). As projeções para determinar o valor recuperável foram elaboradas de acordo com o valor em uso, considerando projeções para o período de cinco anos e perpetuidade. As principais premissas utilizadas em, 31 de dezembro de 2018, foram as seguintes: (i) margem bruta média de 27,28% e 18,66%; (ii) atualização dos custos e despesas baseados em históricos e curvas de preço e de relatórios setoriais; (iii) taxa de desconto antes dos impostos de 17,90% e 14,13% respectivamente; (iv) taxa de crescimento baseada no histórico de crescimento. O valor recuperável foi comparado com o saldo contábil dos ativos que compõem a UGC e, como resultado desta análise a Administração não identificou a necessidade de reconhecimento de *impairment* para esta Unidade Geradora de Caixa. A Companhia projetou os seguintes cenários de sensibilidade: (i) EBTIDA 1% inferior e superior, (ii) taxa de crescimento 1% inferior e superior, e (iii) taxa de desconto 1% inferior e superior. Os cenários alternativos não resultariam em necessidade de *impairment*.

(ii) Ágio na controlada indireta Fremax

O ágio decorrente da aquisição da controlada indireta Fremax foi avaliado através do *Purchase Price Allocation* (PPA) emitido em 31 de janeiro de 2019, onde os ágios foram apurados na nota de combinação de negócios 2.4.

17 Adesão a programa tributário

Programa de Regularização Tributária (PRT)

Em 31 de maio de 2017, a Companhia aderiu ao Programa de Regularização Tributária (PRT) nos termos da Medida Provisória 766 de 4 de janeiro de 2017, regulamentada pela Instrução Normativa RFB nº 1.687 de 31 de janeiro de 2017.

O objetivo dessa adesão, foi de incluir no Programa de Regularização Tributária (PRT) eventuais discussões administrativas e judiciais detidas junto às autoridades fiscais federais, em função dos benefícios gerados para a Companhia e suas controladas com a utilização de prejuízos fiscais das empresas Randon e a finalização dessas discussões.

Os montantes das dívidas tributárias incluídas no PRT foram os seguintes:

	Controladora	Consolidado
Imposto de Renda e Contribuição Social	(3.070)	(4.656)
PIS e COFINS	(767)	(772)
Imposto de Importação	(1.066)	(1.066)
IPI	(341)	(846)
IRRF	-	(667)
Drawback - Tributos Federais	-	(2.415)

Randon S.A. Implementos e Participações
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018 e 2017

Multa	(6.171)	(7.686)
Juros	(4.175)	(8.661)
Outros	-	(322)
Total	(15.590)	(27.091)

A Companhia optou pelo pagamento à vista e em espécie de 20% dos débitos e liquidação de 80% com a utilização de créditos de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL). Na liquidação destes saldos, foram utilizados R\$ 12.472 de prejuízos fiscais próprios da controladora e R\$ 9.201 com prejuízos fiscais de empresas controladas. As empresas controladas Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda, Master Sistemas Automotivos Ltda. e Fras-le S.A. adquiriram prejuízos fiscais e base negativa de CSLL da controlada Randon Implementos para o Transporte Ltda., no montante de R\$ 7.497 com deságio de 10%, gerando benefício para a Companhia e suas controladas de R\$ 6.747, porém na consolidação esse efeito é nulo. O restante do saldo foi utilizado pela própria Randon Implementos para o Transporte Ltda.

	Montante das dívidas incluídas no PRT	Redução por pagamento em dinheiro	Prejuízos fiscais utilizados
Controladora			
Imposto de renda e contribuição social	(3.070)	614	2.456
PIS e COFINS	(767)	153	614
Imposto de Importação	(1.066)	213	853
IPI	(341)	68	273
Multa	(6.171)	1.234	4.937
Juros	(4.175)	836	3.339
Total	(15.590)	3.118	12.472

	Montante das dívidas incluídas no PRT	Redução por pagamento em dinheiro	Prejuízos fiscais utilizados
Consolidado			
Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.656)	931	3.725
PIS e COFINS	(772)	154	618
Imposto de Importação	(1.066)	213	853
IPI	(846)	169	677
IRRF	(667)	133	534
Drawback - Tributos Federais	(2.415)	483	1.932
Multa	(7.686)	1.537	6.149
Juros	(8.661)	1.734	6.927
Outros	(322)	64	258
Total	(27.091)	5.418	21.673

Os efeitos contábeis no resultado foram:

	Controladora	Consolidado
Montante das dívidas incluídas no PRT	(15.590)	(27.091)
Crédito de impostos	-	1.400
IR/CS Diferido	-	8.071
Efeito no resultado	(15.590)	(17.620)

Programa Especial de Quitação e Parcelamento (REFAZ)

Em 19 de abril de 2017, a Companhia aderiu a este programa para regularizar o ICMS decorrente de Auto de Lançamento oriundo de denúncia espontânea de um Ato Concessório de Drawback, na modalidade suspensão, no montante de R\$ 4.137. Com a regularização do referido débito a Companhia se beneficiou com a redução de 40% dos juros e 65% da multa e o impacto líquido no resultado foi de R\$ 951.

	Consolidado
Montante das dívidas incluídas no REFAZ	(4.137)
Crédito de impostos	2.201
Redução multa	413
Redução juros	572
	<hr/>
Efeito no resultado	(951)
	<hr/>

Programa Especial de Regularização Tributária (PERT)

Em 15 de agosto de 2017, a controladora Randon S.A. Implementos e Participações e, em 26 de setembro de 2017, sua controlada direta Master Sistemas Automotivos Ltda, em 14 de novembro de 2017, sua controlada direta Fras-le S.A. aderiram ao Programa Especial de Regularização Tributária PERT nos termos da Medida Provisória 783 de 31 de maio de 2017, regulamentada pela Instrução Normativa RFB nº 1.711 de 16 de junho de 2017 e convertida na lei 13.496 de 24 de outubro de 2017.

Os montantes das dívidas tributárias incluídas no PERT foram os seguintes:

	Controladora	Consolidado
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	(778)
IPI	-	(1.618)
PIS e COFINS	(93)	(785)
Multa	(19)	(175)
Juros	(15)	(6.244)
Encargos	-	(1.697)
	<hr/>	<hr/>
Total	(127)	(11.297)
	<hr/>	<hr/>

A adesão da controladora Randon S.A. Implementos e Participações e de sua controlada direta Master Sistemas Automotivos Ltda. no PERT, teve como opção o pagamento à vista de 7,5% do valor da dívida consolidada, sem reduções, em 5 parcelas mensais e sucessivas, de agosto a dezembro de 2017, e o restante liquidado integralmente com a utilização de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) em janeiro de 2018, em parcela única, com redução de 90% dos juros e 50% das multas. Na liquidação destes saldos, serão utilizados R\$ 97 de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da CSLL próprios da controladora e R\$ 797 com prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da CSLL da empresa controlada. A empresa controlada Master Sistemas Automotivos Ltda., adquiriu prejuízos fiscais e base negativa de CSLL da controlada Randon Implementos para o Transporte Ltda., no montante de R\$ 797, com deságio de 10%, gerando benefício para a Companhia e suas controladas de R\$ 80, porém na consolidação esse efeito é nulo.

A Lei 13.496/2017, resultante da conversão da MP 783/2017, que instituiu o Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) reduziu o pagamento relativo ao percentual da entrada para 5% (anteriormente 7,5%) e elevou o percentual de redução da multa em 70% (anteriormente 50%).

Controladora	Montante das dívidas incluídas no PERT	Redução por pagamento em dinheiro	Redução multa e juros	Prejuízos fiscais utilizados
PIS e COFINS	(93)	5	-	89
Multa	(19)	1	12	5
Juros	(15)	1	11	3
Total	(127)	7	23	97

Consolidado	Montante das dívidas incluídas no PERT	Redução por pagamento em dinheiro	Redução multa e juros	Prejuízos fiscais utilizados	Saldo a pagar em 2018
Imposto de Renda e Contribuição Social	(778)	39	-	739	-
IPI	(1.618)	81	-	-	1.537
PIS e COFINS	(785)	39	-	89	658
Multa	(175)	8	115	50	-
Juros	(6.244)	313	5.338	8	586
Encargos	(1.697)	85	1.612	-	-
Total	(11.297)	565	7.065	886	2.781

Os efeitos contábeis no resultado foram:

	Controladora	Consolidado
Montante das dívidas incluídas no PERT	(34)	(10.425)
IR/CS Diferido	(93)	704
Redução juros e multas	26	7.146
Deságio na aquisição de prejuízos fiscais	-	(80)
Efeito no resultado	(101)	(2.655)

No ano de 2018 não houve adesão a programas tributários.

18 Provisão para litígios

A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal das operações, os quais envolvem questões cíveis, tributárias, trabalhistas e previdenciárias. A perda estimada foi provisionada no passivo não circulante, com base na opinião de seus assessores jurídicos, para os casos em que a perda é considerada provável.

O quadro a seguir demonstra, na data-base de 31 de dezembro de 2018, os valores estimados do risco contingente (perda), conforme opinião de seus assessores jurídicos:

Controladora

Passivo contingente	31/12/2018			31/12/2017			Depósito judicial	
	Provável	Possível	Remoto	Provável	Possível	Remoto	31/12/2018	31/12/2017
a) cível	575	10.426	27	10.048	8.931	22	21	21
b) tributário	-	92.526	517	61.599	72.508	15.569	37	37
c) trabalhista	14.642	35.305	1.502	31.101	22.199	76	15.151	9.027
d) previdenciário	71	-	752	6.227	5.976	-	330	609
Total:	15.288	138.257	2.798	108.975	109.614	15.667	15.539	9.694

Consolidado

Passivo contingente	31/12/2018			31/12/2017			Depósito judicial	
	Provável	Possível	Remoto	Provável	Possível	Remoto	31/12/2018	31/12/2017
a) cível	3.477	26.016	99	6.326	22.172	57	27	27
b) tributário	392	171.986	24.724	89	136.762	30.128	6.421	6.387
c) trabalhista	31.488	96.356	3.869	25.248	77.201	94	30.969	19.483
d) previdenciário	251	2.521	1.036	479	9.697	-	406	669
Total:	35.608	296.879	29.728	32.142	245.832	30.279	37.823	26.566

- Cível – Provisão para suportar prováveis perdas relativas a processos cíveis representados por ações indenizatórias movidas, majoritariamente, por clientes contra a Companhia.
- Tributário - Provisão para suportar prováveis perdas relativas a processos tributários representados por autuações federais que se encontram, em andamento, parte na esfera administrativa e parte na esfera judicial, decorrentes de divergências quanto à interpretação da legislação tributária por parte da Companhia e do fisco.
- Trabalhista - Provisões para suportar prováveis perdas relativas a processos trabalhistas movidos em sua maioria por ex-empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços.
- Previdenciário - Provisões para suportar prováveis perdas relativas a processos previdenciários relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade.
- Depósitos Judiciais - Correspondem aos valores depositados em juízo, relativos a ações cíveis, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, realizados para garantir a execução dessas ações ou para suspender a exigibilidade de crédito em cobrança.

A Companhia e suas controladas respondem por processos administrativos em andamento para os quais, quando há probabilidade de perda possível ou remota, não foram registradas provisões para contingências. Os principais processos com riscos possível e remoto de perda são os seguintes:

Tributário:

- PIS e COFINS** - Execução Fiscal proposta pela União contra a Companhia cobrando crédito tributário oriundo do processo administrativo nº 10410.004175/2001-15, relativo ao período de

apuração de 06/2000, 07/2000, 08/2000 e 09/2000. O processo está na fase de embargos. O valor envolvido é de R\$ 2.931.

- b. **COFINS** - Execução Fiscal proposta pela União cobrando crédito tributário oriundo do processo administrativo nº 11020.000273/2005-55, inscrição 00 6 18 028942-93, referido processo decorre de supostos débitos de COFINS. O processo está na fase de embargos. O valor envolvido é de R\$ 12.455.
- c. **PIS e COFINS** - Execução Fiscal proposta pela União contra a Companhia cobrando crédito tributário oriundo do processo administrativo nº 10410.002960/00-55, relativo ao período de apuração de 10/2011 e 11/2001. O processo está na fase de embargos. O valor envolvido é de R\$ 9.568.
- d. **Saldo Negativo de CSLL e IRPJ** – A controlada Fras-le foi autuada pela Receita Federal do Brasil em decorrência do indeferimento do pedido de compensação de créditos relativos a Saldo Negativo de CSLL e IRPJ, referentes ao ano de 2012, com as compensações realizadas com Imposto de Renda pago no exterior. Os processos aguardam decisão sobre a manifestação de inconformidade apresentada pela Companhia. O valor envolvido é de R\$ 1.137.
- e. **Compensação com base no saldo negativo de CSLL** - A Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil, relativo ao indeferimento da declaração de compensação de saldos negativos de CSLL apurados nos exercícios de 2004 e 2005. Aguarda julgamento do recurso voluntário apresentado pela Companhia. O valor do processo é de R\$ 3.261.
- f. **Compensação com base no saldo negativo de IRPJ** - A Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil, relativamente ao indeferimento da declaração de compensação de saldos negativos de IRPJ apurados nos exercícios de 2005 e 2006. Aguarda julgamento do recurso especial interposto pela companhia. O valor do processo é de R\$ 14.993.
- g. **Compensação com base no saldo negativo de IRPJ e CSLL** - A Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil, em razão da não-homologação da compensação efetuada pela empresa de créditos oriundos do saldo negativo de IRPJ e CSLL, apurados no período de 1º de janeiro de 2003 a 30 de junho de 2003, em decorrência de evento de cisão parcial. O valor do processo é de R\$ 2.423.
- h. **Compensação Créditos de Terceiros** - A Companhia está sendo executada pela Receita Federal do Brasil relativamente a cobrança de créditos tributários oriundos de processos administrativos decorrentes de compensações de débitos com créditos de terceiros, processo está aguardando julgamento de recursos de apelação interpostos pelas partes contra sentença que julgou procedentes os embargos à execução fiscal. O valor do processo é de R\$ 17.216.
- i. **IRPJ** - A Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil, referente à cobrança de débito em razão da não-homologação de créditos oriundos do saldo negativo de IRPJ, apurado no ano-calendário de 2004, com IRPJ apurado por estimativa no mês de fevereiro de 2005. Aguardando julgamento de Recurso Voluntário apresentado pela Companhia. O valor do processo é de R\$ 5.461.
- j. **PDI - Incentivo a Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico** - Glosa dos dispêndios considerados no cálculo do incentivo à Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, sob o argumento de que os dispêndios considerados pela Companhia não coadunam com P&D da Companhia (filial Randon Implementos), no valor de R\$ 6.688 e da

controlada Jost, no valor de R\$ 2.731. Processo está aguardando julgamento da impugnação apresentada.

- k. **Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e Imposto de Renda Retido na Fonte** - A controlada Master Sistemas Automotivos Ltda. foi autuada pela Receita Federal do Brasil referente a pagamentos regularmente efetuados para seus agentes no exterior, a título de comissão de agenciamento de vendas e serviços. O processo está aguardando a apreciação do Recurso Especial. O valor do processo é de R\$ 4.248.
- l. **Imposto de Importação** - A controlada Fras-le S.A. foi autuada pela Receita Federal do Brasil, sob a presunção de descumprimento da proporção - Bens de Capital Nacional x Bens de Capital, e consequente infração ao disposto no artigo 2, inciso II, da Lei nº 9.449/97, e artigo 6 do Decreto nº 2.072/96. O processo aguarda julgamento do Recurso Especial apresentado pela União. O valor do processo é de R\$ 9.531.
- m. **Contribuição Social** – A controlada Fras-le apresentou Manifestação de Inconformidade contra o Despacho Decisório que não homologou a compensação declarada de créditos relativos ao saldo negativo de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, declarado na DIPJ 2003, ano-base 2002 sob o fundamento de que não haveria confirmação dos pagamentos – retenção – realizados no exterior, o saldo negativo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido não estaria confirmado, e que em razão disso não haveria crédito a compensar. O processo aguarda julgamento do Recurso Voluntário apresentado pela Companhia. O valor envolvido é de R\$ 1.106.
- n. **Contribuição Social referente à participação nos resultados dos gerentes e coordenadores** - A controlada Fras-le foi autuada pela Receita Federal do Brasil (Auto de infração nº 37.269.528-0), em razão de suposta inobservância aos requisitos da Lei nº 10.101/2000, quando da participação dos lucros e resultados aos seus gerentes e coordenadores. O débito foi objeto de discussão administrativa e judicial. Em outubro de 2015, a Companhia aderiu ao PRORELIT (Programa de Redução de Litígios Tributários) para quitação deste débito. O processo encontra-se suspenso até a quitação do parcelamento. O valor envolvido é de R\$ 1.059.
- o. **Imposto de Importação e IPI** - Refere-se a autuações emitidas pela Receita Federal do Brasil contra a Companhia (filial Suspensys), no valor total atualizado de R\$ 10.390, e Master Sistemas Automotivos Ltda., no valor atualizado de R\$ 2.351 sob a alegação de débito de II e IPI, relativo a atos concessórios previstos no regime especial do *Drawback*.
- p. **Crédito presumido de ICMS sobre a compra de aço** - Refere-se a autuações emitidas pela Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul contra as controladas Jost Sistemas Automotivos Ltda., no valor de R\$ 1.809 e Fras-le S.A., no valor de R\$ 2.064, através das quais o fisco constatou adjudicação do benefício fiscal em montante superior ao permitido pela legislação. Os processos tramitam na esfera judicial, sendo que o da Fras-le já conta com decisão favorável para a Companhia.
- q. **ICMS – Serviços de Industrialização para Terceiros** – A empresa Controlada Randon Implementos para o Transporte Ltda. foi autuada pela Receita Estadual de São Paulo, sendo cobrada administrativamente: (i) suposta diferença de ICMS apurada em relação a serviços de industrialização para terceiros, em operações interestaduais, tanto no retorno de mercadorias recebidas para industrialização inferiores ao recebimento de mercadorias para industrialização para terceiros, quanto em saídas de mercadorias superiores às entradas recebidas para industrialização; bem como (ii) infração cometida em razão do destaque indevido do imposto

em operações não sujeitas ao pagamento do ICMS, por estarem submetidas ao regime de diferimento. O processo aguarda julgamento da impugnação apresentada. O valor envolvido é R\$ 34.024.

- r. ICMS - Diferença de alíquota do ICMS** - Autuação emitida pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, referente a controlada Randon Implementos para o Transporte Ltda, decorre da diferença de alíquota do ICMS de 12% para 18%, referente aos meses de junho, julho, agosto, setembro e dezembro de 2008 e janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro e novembro de 2009. O processo aguarda o julgamento dos Embargos à Execução apresentados pela controlada. O valor envolvido é de R\$ 21.353.
- **Trabalhista** - diversas reclamações trabalhistas vinculadas, em sua maioria, a pleitos indenizatórios, horas extras e insalubridade.
 - **Previdenciário** - Autuações do INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) da controlada Master Sistemas Automotivos Ltda., objetivando cobrar administrativamente suposto débito oriundo de contribuições previdenciárias incidentes sobre as parcelas pagas a título de Participação nos Lucros e Resultados – PLR – para os Diretores, Gerentes e Coordenadores referente às competências de fevereiro/2006, fevereiro/2007, outubro/2007, fevereiro/2008, março/2008 e julho/2007. O processo aguarda julgamento, pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. O valor envolvido é de R\$ 2.520.

Movimentação da provisão para litígios passivos

A movimentação dos processos é como segue:

Controladora

	Saldo em 31/12/2017	Adição	Realização	Saldo em 31/12/2018
Cíveis	5.386	419	(5.230)	575
Trabalhistas	12.748	2.458	(564)	14.642
Previdenciário	256	66	(251)	71
	<u>18.390</u>	<u>2.943</u>	<u>(6.045)</u>	<u>15.288</u>

Consolidado

	Saldo em 31/12/2017	Adição Novas Aquisições	Adição	Realização	Saldo em 31/12/2018
Cíveis	6.326	-	3.291	(6.140)	3.477
Tributárias	89	-	401	(98)	392
Trabalhistas	25.248	61	6.179	-	31.488
Previdenciário	479	-	69	(297)	251
	<u>32.142</u>	<u>61</u>	<u>9.940</u>	<u>(6.535)</u>	<u>35.608</u>

Ativo contingente

O demonstrativo, na data-base de 31 de dezembro de 2018, contendo informações sobre

contingências ativas (ganho), conforme opinião de seus assessores jurídicos, está abaixo detalhado.

A Companhia não reconhece na Demonstração Financeira os ativos contingentes, exceto quando julgado que o ganho é praticamente certo, ou quando, há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. Nesse sentido, cita-se a ação abaixo:

Controladora

Ativo Contingente	31/12/2018			31/12/2017		
	Provável	Possível	Remoto	Provável	Possível	Remoto
(a) Cível	3.325	34.093	439	11.973	17.710	1.880
(b) Previdenciário	-	-	21	-	595	20
(c)Tributário	3.910	-	-	3.233	10.642	-
Total	7.235	34.093	460	15.206	28.947	1.900

Consolidado

Ativo Contingente	31/12/2018			31/12/2017		
	Provável	Possível	Remoto	Provável	Possível	Remoto
(a) Cível	3.392	43.365	440	12.123	25.065	1.914
(b) Previdenciário	19	549	21	19	1.144	20
(c)Tributário	10.036	880	22	4.999	28.620	-
Total	13.447	44.794	483	17.141	54.829	1.934

- (a) **Cível** - tratam-se de ações de recuperação de créditos (cobrança e execução), os quais já têm provisão para perdas contábeis, contudo os processos continuam tramitando em juízo e caso a Companhia tenha sucesso, terá sua provisão revertida.
- (b) **Previdenciário** - A Companhia e suas controladas são autoras em diversas ações judiciais nas quais são discutidas, dentre outras, as seguintes matérias: Desobrigar-se do recolhimento de contribuição previdenciária e das contribuições devidas a terceiros incidentes sobre as férias gozadas e reconhecer o direito à restituição e/ou compensação dos valores pagos indevidamente; a declaração de não incidência de contribuições previdenciárias e de FGTS sobre as parcelas de caráter indenizatório; não incidência sobre os valores pagos a título de aviso prévio indenizado com o 13º correspondente, os primeiros 15 dias de afastamento por motivo de doença ou acidente, terço constitucional de férias. A Companhia não registrou contabilmente os ganhos contingentes decorrentes dos processos previdenciários que dependem de levantamentos contábeis, como por exemplo recuperação de créditos, pois somente efetuará tais levantamentos caso tenha êxito na discussão do mérito de tais processos.
- (c) **Tributário** - A Companhia e suas controladas são autoras em diversas ações judiciais, nos âmbitos estadual e federal, nas quais são discutidas, dentre outras, as seguintes matérias: não incidência da IRPJ e CSLL sobre os créditos de PIS e COFINS no sistema não cumulativo; Exclusão do ISS da base de cálculo de PIS/Cofins; Incidência de IRPJ/CSLL sobre as aplicações financeiras; Exclusão do crédito presumido do ICMS da base de cálculo do IRPJ e da CSLL; créditos de PIS e COFINS sobre o patrimônio líquido; empréstimo compulsório feito à ELETROBRÁS S.A. A Companhia não registrou contabilmente os ganhos contingentes decorrentes dos processos tributários que dependem de levantamentos contábeis, como por exemplo recuperação de créditos, pois somente efetuará tais levantamentos caso tenha êxito na discussão do mérito de tais processos.

Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS - A controlada indireta Freios Controil ajuizou Mandado de Segurança, perante a subseção judiciária da Justiça Federal em Novo Hamburgo/RS, em 30/03/2015, objetivando a declaração de seu direito de excluir o ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS. A empresa obteve ganho de causa, cuja decisão transitou em julgado em 31/08/2018. Todavia, considerando que o Supremo Tribunal Federal (STF) ainda não consolidou o entendimento e a sentença da Empresa que

transitou em julgado não esclareceu qual é o ICMS que deve ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS, ou seja, o valor do imposto destacado nas notas fiscais de saída ou o ICMS devido. Diante dos fatos, há incerteza quanto ao valor efetivo do crédito a ser compensado.

19 Empréstimos e Financiamentos

				Controladora		Consolidado	
			Vencimento final do contrato	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Circulante	Indexador	Juros					
Moeda nacional:							
FINAME	Taxa Fixa	0% a 20,46% a.a.	01/12/2022	-	110.129	57.204	165.210
FINEP	TJLP/ Taxa Fixa	3,5% a 5,00% a.a.	15/12/2023	2.249	5.558	12.053	15.377
Financiamentos	CDI	1,2% a 125,79% a.a.	30/09/2021	176.606	101.430	176.647	161.776
Fundopem	IPCA	3,0% a.a.	21/05/2027	3.733	3.632	13.967	12.565
BNDES	TJLP	0% a 7,0% a.a.	15/01/2023	11.790	11.759	18.414	20.280
BNDES	Taxa Fixa	2,5% a 3,0% a.a.	15/01/2023	471	471	1.022	471
		114,5% a					
Debêntures	Taxa CDI	123,4% a.a.	03/07/2023	279.049	161.710	279.049	161.710
Notas promissórias	Taxa CDI	114,00%	29/04/2023	40.880	-	40.880	-
Leasing	Taxa Fixa	13,10% a 13,38% a.a.	31/07/2022	279	588	279	588
Vendor	SELIC	3% a.a.	30/01/2019	364	312	-	-
Moeda estrangeira:							
FINIMP	Taxa fixa	2,24% a 5,77% a.a.	04/11/2020	12	-	408	-
	Variação cambial/						
ACC	Taxa Fixa	3,10% a 3,89% a.a.	11/11/2019	7.909	23.357	56.507	90.823
	Taxa Fixa/Variação						
Financiamento	cambial/Libor	2,35% a 8,60% a.a.	31/01/2037	72.630	62.734	134.878	106.973
	Taxa Fixa/ Variação						
Financiamento	cambial	20,6% a 31,0%	01/01/2019	-	-	-	2.294
Empréstimo de capital de giro	Badlar	4,00% a.a.	01/08/2019	-	-	954	3.184
Empréstimo de capital de giro	Taxa Fixa	4,0% a.a.	01/12/2018	-	-	-	506
	UMBNDDES/Variação						
BNDES	cambial	1,97% a 2,80% a.a.	15/01/2023	5.794	4.963	8.537	7.633
	Taxa fixa + variação						
Financiamentos	cambial/Libor	2,50% a 7,86% a.a.	17/07/2025	29.177	89.300	53.382	89.300
				630.943	575.943	854.181	838.690
Não circulante							
Moeda nacional:							
FINAME	Taxa Fixa	0% a 20,46% a.a.	01/12/2022	-	-	101.997	41.802
FINEP	TJLP/ Taxa Fixa	3,5% a 5,00% a.a.	15/12/2023	8.189	10.422	31.792	43.777
Financiamentos	CDI	118,50% a.a.	30/09/2021	-	173.000	3.000	173.000
Fundopem	IPCA	3,0% a.a.	21/05/2027	11.902	14.891	48.142	58.752
BNDES	TJLP	0% a 3,80% a.a.	15/01/2023	5.177	17.683	5.177	24.791
BNDES	Taxa Fixa	2,5% a 3,00% a.a.	15/01/2023	413	-	413	-
Debêntures	Taxa CDI	114,5% a 123,4% a.a.	03/07/2023	1.130.000	850.000	1.130.000	850.000
Notas promissórias	Taxa CDI	114,00%	29/04/2023	326.000	-	326.000	-
Leasing	Taxa Fixa	13,10% a 13,38% a.a.	31/07/2022	857	-	857	-
Moeda estrangeira:							
FINIMP	Taxa fixa	2,24% a 5,77% a.a.	04/11/2020	4.052	-	4.449	-
	Libor/ Variação						
Financiamento	cambial/ Taxa Fixa	2,35% a 8,60% a.a.	31/01/2037	35.225	90.218	104.716	141.590
Empréstimo de capital de giro	Badlar	4,00% a.a.	01/08/2019	-	-	-	1.589
	UMBNDDES/Variação						
BNDES	cambial	1,97% a 2,80 % a.a.	15/01/2023	3.337	7.775	3.565	10.304
	Taxa fixa + variação						
Financiamentos	cambial/Libor	2,80% a 6,03% a.a.	17/07/2025	96.871	23.363	224.506	23.363
				1.622.023	1.187.352	1.984.614	1.368.968
Total de empréstimos				2.252.966	1.763.295	2.838.795	2.207.658

Os financiamentos e empréstimos estão garantidos por avais e fianças para as controladas no valor de R\$ 264.566 (R\$ 386.040 em 31 de dezembro de 2017), não há notas promissórias e

cartas fiança.

Adicionalmente, a Companhia detêm contratos de financiamentos no valor de R\$ 1.641.704 que preveem o cumprimento de compromissos financeiros (*Covenants*) nas datas base de encerramento de cada exercício social.

Abaixo a descrição dos mesmos:

- Dívida Financeira Líquida/EBITDA (Consolidado sem a controlada Banco Randon S.A.) de no máximo 3,0 vezes - R\$ 23.319;
- Dívida Financeira Líquida/EBITDA (Consolidado sem a controlada Banco Randon S.A.) de no máximo 3,5 vezes - R\$ 1.581.258;
- Patrimônio Líquido / Ativo Total (Consolidado) maior ou igual à 0,30 - R\$ 37.127;

Em 31 de dezembro de 2018, o índice de Dívida Financeira Líquida/EBITDA (Randon Consolidado sem Banco) foi de 1,51 vezes o EBITDA dos últimos doze meses e o índice Patrimônio Líquido / Ativo Total (Consolidado) foi de 0,35, portanto ambos os índices ficaram dentro dos limites estabelecidos pelos *covenants* no período.

Captação no mercado aberto

As captações de mercado aberto referem-se a captações efetuadas pela controlada Banco Randon S.A., com o BNDES, para financiamento de operações de FINAME. Sobre parte das captações, incidem encargos financeiros de 1,97% a 9,1% a.a. mais a variação da TJLP e parte das captações têm taxa fixa que varia de 0% a 20,6% a.a..

Debêntures

As debêntures referem-se a captações efetuadas em 22 de janeiro de 2013, 26 de agosto de 2013, 07 de dezembro de 2016, 28 de novembro de 2017 e 20 de julho de 2018, nos montantes totais de R\$ 300.000, R\$ 200.000, R\$ 200.000, R\$ 300.000, R\$ 600.000, respectivamente, sendo que todas ocorreram por meio de instrumento particular de colocação com esforços restritos, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sob regime de subscrição, sendo as duas primeiras captações realizadas em série única e a terceira captação realizada em duas séries, sendo a primeira série emitida com valor de R\$ 130.000 e a segunda série emitida com valor de R\$ 70.000. Os vencimentos das debêntures emitidas no ano de 2013 ocorrerão em 18 de dezembro de 2019 e 01 de agosto de 2020, respectivamente. A primeira e segunda série das debêntures, emitidas em 2016, terão vencimento em 09 de dezembro de 2019 e 07 de dezembro de 2021, respectivamente. As debêntures emitidas em 2017 terão vencimento em 14 de novembro de 2022. E as debêntures emitidas em 2018 terão vencimento em 03 de julho de 2023.

Fundopem/RS

Em dezembro de 2006, a Companhia e sua controlada Fras-le S.A. assinaram Termo de Ajuste perante o Estado do Rio Grande do Sul, como adesão ao Fundopem/RS (Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul).

A subvenção governamental/incentivo fiscal constitui-se em postergação de pagamento de parcela do débito de ICMS gerado mensalmente, com uma carência de 33 a 54 meses e prazo de pagamento entre 54 a 96 meses, a partir de cada débito, corrigido pelo IPCA/IBGE e taxa de juros de 3% a.a.. Na parcela do débito com pagamento postergado, apurada a partir de incremento de faturamento, aumento na geração de débito de ICMS e geração de empregos, conforme definido no Termo de Ajuste Fundopem - RS.

Para incremento de valor financiado, a Companhia e suas controladas observam todas as exigências para obtenção deste tipo de incentivo, a saber:

- Faturamento bruto incremental mensal;
- ICMS incremental mensal; e
- Número de empregos diretos incrementais.

Vendor

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2018, operações financeiras de *vendor* em aberto com seus clientes no montante de R\$ 364 (R\$ 312 em 31 de dezembro de 2017) na controladora e R\$ 4.433 (R\$ 3.853 em 31 de dezembro de 2017), no consolidado, nas quais participa como interveniente garantidora.

Nessas operações, a Companhia realiza a liquidação das operações em aberto caso o cliente devedor do contas a receber, vinculado à operação, não realize o pagamento à instituição financeira no prazo pactuado entre as partes.

Desde março de 2014, essas operações são realizadas diretamente pela controlada indireta Banco Randon S.A., e este assume parte dos riscos relacionados à inadimplência e/ou pagamento após o prazo pelo cliente.

O montante reconhecido como passivo financeiro é contrapartida dos montantes antecipados pela instituição financeira à Companhia, cujo contas a receber de origem ainda não foi reconhecido, considerando a retenção de riscos pela Companhia relacionados à inadimplência e/ou ao pagamento após o prazo pelo cliente. O prazo médio de vencimento dessas operações é de 35 dias.

Movimentação dos passivos do Fluxo de Caixa das atividades de financiamento

Conforme requerido pelo CPC 03 (R2) Demonstração do Fluxo de Caixa, a Companhia demonstra a seguir a movimentação dos passivos do fluxo de caixa das atividades de financiamento:

Randon S.A. Implementos e Participações
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018 e 2017

Controladora

		Alterações caixa		Alterações não caixa		
	Saldo em 31/12/2017	Recebidos/(Pagos) de atividades de financiamento	Pagamento de juros	Despesa de juros sobre dívidas e juros sobre mútuos	Variação cambial e outros	Saldo em 31/12/2018
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.763.295	411.089	(119.765)	159.477	38.870	2.252.966
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	15.794		(34.918)	42.249		23.125

		Alterações caixa		Alterações não caixa		
	Saldo em 31/12/2016	Recebidos/(Pagos) de atividades de financiamento	Pagamento de juros	Despesa de juros sobre dívidas e juros sobre mútuos	Variação cambial e outros	Saldo em 31/12/2017
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.804.758	(32.007)	(164.686)	152.553	2.677	1.763.295
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	91		(15.044)	30.747		15.794

Consolidado

		Alterações caixa		Alterações não caixa		
	Saldo em 31/12/2017	Recebidos/(Pagos) de atividades de financiamento	Pagamento de juros	Despesa de juros sobre dívidas e juros sobre mútuos	Variação cambial e outros	Saldo em 31/12/2018
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	2.207.658	528.380	(145.100)	187.524	60.333	2.838.795
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	27.869	-	(92.654)	105.480		40.695

		Alterações caixa		Alterações não caixa		
	Saldo em 31/12/2016	Recebidos/(Pagos) de atividades de financiamento	Pagamento de juros	Despesa de juros sobre dívidas e juros sobre mútuos	Variação cambial e outros	Saldo em 31/12/2017
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	2.429.318	(219.363)	(188.547)	178.194	8.056	2.207.658
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	13.950	-	(54.168)	68.716	(629)	27.869

20 Informações sobre o capital social

Quantidade de ações autorizadas

	31/12/2018	31/12/2017
Ações ordinárias	200.000	200.000
Ações preferenciais	400.000	400.000
	<u>600.000</u>	<u>600.000</u>

Ações emitidas e totalmente integralizadas

	Ordinárias		Preferenciais	
	Em milhares de quotas	R\$	Em milhares de quotas	R\$
Em 31 de dezembro de 2017	116.516	435.758	229.260	857.412
Em 31 de dezembro de 2018	116.516	435.758	229.260	857.412

Ações em tesouraria

	Em milhares	R\$
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017	<u>3.445</u>	<u>(22.071)</u>

Reservas e retenção de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva para investimento e capital de giro

Tem a finalidade de assegurar investimentos em bens de ativo imobilizado e acréscimo do capital de giro, inclusive através de amortização de dívidas da Companhia, bem como o financiamento de empresas controladas e coligadas. É formada com o saldo do lucro ajustado, após dele deduzido o dividendo obrigatório e terá como limite máximo o valor que não poderá exceder, com a reserva legal, o valor do capital social.

Reserva de capital

Representa o ágio pago na aquisição das quotas do capital social da Suspensys Sistemas Automotivos Ltda. e o efeito de alteração de percentual de controle sobre sua controlada Fras-le S.A., eventos ocorridos no ano de 2013.

Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação patrimonial

Outros resultados abrangentes no patrimônio líquido são compostos como segue:

	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>					
	Reserva de reavaliação	Custo atribuído ao imobilizado	Variação cambial de investimentos no exterior	Hedge accounting	Avaliação atuarial	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	5.253	85.399	(14.648)	(39.195)	185	36.994
Adições (baixas) no período	(45)	(2.548)	(5.191)	(9.281)	5.867	(11.198)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	5.208	82.851	(19.839)	(48.476)	6.052	25.796

Reserva de reavaliação

Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado da controladora, para fins de integralização do capital social nas controladas Master Sistemas Automotivos Ltda., em 29 de setembro de 2006, e Castertech Tecnologia e Fundação Ltda, em 1º de setembro de 2006, com base em laudos de avaliações elaborados por empresa especializada.

A Companhia optou por manter os saldos de reservas de reavaliação, e sua respectiva realização através da depreciação dos bens reavaliados, conforme facultado pela Resolução CFC nº 1.152/2009.

Reserva para ajuste do custo atribuído ao imobilizado

Constituída em decorrência de avaliação ao valor justo dos bens do ativo imobilizado de acordo com o pronunciamento técnico CPC 27 - Ativo imobilizado e ICPC 10, registrado com base em laudo de avaliação elaborado por empresa especializada.

Ajuste de avaliação patrimonial

Representada pelo registro das diferenças cambiais oriundas da conversão das demonstrações financeiras de controladas no exterior, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, e pelo registro do valor justo da parcela eficaz de operações de *hedge* de fluxo sobre investimentos em operações de exportação, líquidos dos efeitos tributários.

Reserva para avaliação atuarial

Reserva originada do registro de ganhos atuariais sobre o plano de benefício a funcionários, conforme o Pronunciamento Técnico CPC33 (R1) - Benefício a Empregados.

21 Dividendos

Conforme estatuto social da Companhia, as ações ordinárias e preferenciais fazem jus a dividendo mínimo obrigatório de 30% do lucro ajustado, cabendo às ações preferenciais todos os demais direitos atribuídos às ordinárias em igualdade de condições, mais prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, proporcionalmente à participação no capital social em caso de eventual liquidação da Companhia e, ainda, direito de serem incluídas na oferta pública de

alienação de controle, nos termos do art. 254-A da Lei nº 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei nº 10.303/01.

Os dividendos foram calculados conforme segue:

	2018
Lucro líquido do exercício	151.719
Ajustes pelo impacto da adoção da Lei 11.638/2007	<u>(3.525)</u>
Lucro líquido do exercício ajustado	148.194
Reserva legal (5%)	<u>(7.410)</u>
(+) Realização de reserva de reavaliação	45
Lucro base para distribuição	<u>140.829</u>
Dividendo mínimo obrigatório (30%)	<u>42.249</u>
Dividendos pagos no exercício	(19.169)
Dividendos a pagar exercícios anteriores	43
Dividendos a pagar	<u>23.123</u>
	2017
Lucro líquido do exercício	46.712
Ajustes pelo impacto da adoção da Lei 11.638/2007	<u>11.332</u>
Lucro líquido do exercício ajustado	58.044
Reserva legal (5%)	(2.902)
Reserva subvenção Fundopem 2016	<u>(2.696)</u>
(+) Realização de reserva de reavaliação	45
Lucro base para distribuição	<u>52.491</u>
Dividendo mínimo obrigatório (30%)	<u>15.747</u>
Dividendos a pagar de exercícios anteriores	26
Dividendos a pagar	<u>15.773</u>

A Administração da sociedade proporá pagar os dividendos complementares de 2018, 11 dias após a aprovação pela Assembleia Geral Ordinária. Os dividendos complementares equivalem a R\$ 0,067 por ação ordinária e R\$ 0,067 por ação preferencial.

Os dividendos mínimos obrigatórios estão demonstrados, no balanço patrimonial de 2018, como obrigações legais (provisões no passivo circulante).

Em agosto de 2018, através da Ata de Reunião do Conselho de Administração e do Parecer do Conselho Fiscal, foi deliberada a distribuição de dividendos intermediários do exercício de 2018, com base nas demonstrações financeiras levantadas em 30 de junho de 2018, no valor de R\$ 19.169.

Em 14 de março de 2019 foi proposto pela administração a distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 7.041 conforme ata da diretoria número 869, totalizando a destinação de 35% do resultado do exercício de 2018. Esta destinação será aprovada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 30 de abril de 2019

22 Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

O cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro/prejuízo líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro/prejuízo líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais que seriam emitidas na conversão de todas as ações potenciais diluídas. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	51.125	100.594	15.741	30.971
Média ponderada de ações emitidas (em milhares)	116.516	229.260	116.516	229.260
Lucro/(Prejuízo) por ação - básico e diluído (em Reais)	0,44	0,44	0,14	0,14

23 Impostos sobre o lucro

A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, encontra-se resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Imposto de renda e contribuição social correntes:				
Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes	(442)	45	(49.452)	(69.337)
Imposto de renda e contribuição social diferidos:				
Relativos à constituição e reversão de diferenças temporárias e prejuízos fiscais	(20.234)	9.304	(42.860)	20.129
Despesa de imposto de renda e contribuição social apresentados na demonstração do resultado	(20.676)	9.349	(92.312)	(49.208)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Demonstração do resultado abrangente				
IRPJ e CSLL diferidos relativos a itens debitados ou creditados diretamente ao patrimônio líquido durante o exercício:				
Adoção CPC 48/IFRS 9	2.986	-	2.986	-
Resultado Abrangente Randonprev	(1.752)	22	(4.035)	29
Ajuste de Avaliação Patrimonial - <i>Hedge Accounting</i>	-	-	-	1.647
	1.234	22	(1.049)	1.676

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro líquido/(prejuízo) contábil, antes dos impostos pela alíquota fiscal local nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, está descrita a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Lucro/(prejuízo) contábil antes dos impostos	172.395	37.363	319.215	153.944
À alíquota fiscal combinada de 34%	(58.614)	(12.703)	(108.533)	(52.341)
Diferencial de alíquota de controladas	-	-	(1.520)	(1.268)
Adições permanentes:				
Despesas não dedutíveis	(2.345)	(7.253)	(10.392)	(15.524)
Juros sobre capital próprio recebidos	(10.680)	(11.703)	-	-
Exclusões permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	44.133	39.800	-	-
Juros sobre capital próprio pagos	-	-	9.972	10.939
Incentivo à tecnologia	-	-	1.359	815
Deduções Permanentes	1.430	2.042	7.525	6.683
Ajuste alíquotas no exterior	-	-	4.195	(9.335)
Mais Valia de Aquisições	-	-	2.176	2.674
Outros itens	5.400	(834)	2.906	8.149
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(20.676)	9.349	(92.312)	(49.208)
Alíquota efetiva	11,99%	(25,02%)	28,92%	31,96%

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, referem-se a:

Controladora

	Balanco patrimonial		Patrimônio Líquido		Resultado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL a compensar	142.553	144.975	-	-	(2.321)	34.033
Provisão para comissões e fretes	888	9	-	-	879	(405)
Provisão para perdas de crédito esperadas	8.116	9.690	-	-	(734)	620
Provisão para garantias	4.567	5.888	-	-	(1.321)	(18)
Provisão para perdas de estoques	2.761	4.303	-	-	(1.481)	1.358
Operações de derivativos	-	(681)	-	-	681	(699)

Randon S.A. Implementos e Participações
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018 e 2017

Provisão para participação nos resultados	4.483	2.444	-	-	2.039	862
Ajustes das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09	(1.035)	(1.294)	-	-	259	(197)
Provisão para litígios	5.269	6.320	-	-	(1.051)	1.140
Ágio na aquisição de participação em controlada	-	22.072	-	-	(22.072)	(22.072)
Provisões diversas	2.881	2.669	-	-	212	(1.301)
Adoção CPC 48/ IFRS 9	2.986	-	2.986	-	-	-
Créditos fiscais a utilizar	4.632	-	-	-	4.632	-
Randonprev avaliação atuarial	-	(953)	(1.752)	22	2.705	(702)
Valor justo ativo imobilizado	(36.879)	(37.609)	-	-	730	(3.865)
Depreciação vida útil / fiscal	(38.360)	(34.935)	-	-	(3.425)	516
Reavaliação a realizar	(2.889)	(2.923)	-	-	34	34
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-	(20.234)	9.304
Ativo fiscal diferido	99.973	119.975	-	-	-	-
Patrimônio líquido	-	-	1.234	22	-	-

Consolidado

	Balanco patrimonial		Patrimônio Líquido		Resultado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL a compensar	194.643	198.300	-	-	(10.234)	35.483
Provisão para comissões e fretes	3.854	2.124	-	-	1.730	(317)
Provisão para devedores duvidosos	13.402	19.222	-	-	(5.820)	4.014
Provisão para garantias	5.070	7.269	-	-	(2.199)	(1.564)
Provisão para mercadoria a entregar	-	-	-	-	-	(1.085)
Provisão para perdas de estoques	5.953	6.245	-	-	(292)	1.382
Operações de derivativos	(291)	(1.585)	-	1.647	1.294	449
Provisão para participação nos resultados	11.320	9.738	-	-	1.582	3.920
Ajustes das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09	(2.892)	(3.148)	-	-	256	(202)
Provisão para litígios	11.023	10.251	-	-	772	4.474
Provisão para desvínculo de funcionários	2.010	2.160	-	-	(150)	(171)
Ágio na aquisição de participação em controlada	-	22.072	-	-	(22.072)	(22.072)
Provisões diversas	17.543	11.799	-	-	5.744	(833)
Adoção CPC 48/IFRS 9	2.986	-	2.986	-	-	-
Créditos fiscais a utilizar	4.632	-	-	-	4.632	-
Randonprev avaliação atuarial	-	(1.575)	(4.035)	29	5.610	(1.589)
Depreciação acelerada incentivada	-	-	-	-	-	-
Valor justo ativo imobilizado	(61.277)	(60.131)	-	-	(1.146)	(2.038)
Depreciação vida útil / fiscal	(74.377)	(68.066)	-	-	(6.311)	(2.430)
Correção monetária	566	-	-	-	(563)	-
Mais Valia	(31.645)	(20.170)	-	-	(15.727)	2.674
Reavaliação a realizar	(2.889)	(2.923)	-	-	34	34
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-	(42.860)	20.129
Ativo fiscal diferido	168.835	187.821	-	-	-	-
Passivo fiscal diferido	(69.204)	(56.239)	-	-	-	-
Patrimônio líquido	-	-	(1.049)	1.676	-	-
Ativo/Passivo fiscal diferido	99.631	131.582				

A Companhia e suas controladas possuem prejuízos fiscais gerados no Brasil, no valor de R\$ 533.582 (R\$ 460.350 em 31 de dezembro de 2017), passíveis de compensação com lucros

tributáveis futuros da empresa em que foi gerado, que tem prazo de dez anos para prescrição. O registro e a manutenção do imposto e da contribuição social diferidos ativos estão suportados por estudo elaborados pela Administração, que comprovam a capacidade da Companhia em gerar lucros tributáveis futuros, que garantam a realização dos créditos de impostos dentro de um período estimado de oito anos.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis, levando-se em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas provisões.

24 Direitos e obrigações por recursos de consorciados

Referem-se a recursos pendentes de recebimentos na Randon Administradora de Consórcios Ltda., oriundos de cobrança judicial em decorrência do encerramento de grupos, transferidos para a Administradora, conforme definido na Circular nº 3.084 do Banco Central do Brasil, de 31 de janeiro de 2002. Após a conclusão do processo de cobrança judicial, esses recursos são rateados proporcionalmente entre os beneficiários do grupo. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo dessa operação era de R\$ 74.544 (R\$ 71.367 em 31 de dezembro de 2017).

25 Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas apresenta a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receita bruta de vendas	2.802.289	1.816.070	5.300.634	3.696.074
Devolução de vendas	(9.546)	(5.435)	(15.440)	(11.852)
Ajuste a valor presente	(12.242)	(16.175)	(24.508)	(34.962)
Impostos sobre a venda	(488.513)	(310.176)	(998.084)	(712.502)
Receita operacional líquida	2.291.988	1.484.284	4.262.602	2.936.758

26 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Despesas por função				
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(1.944.856)	(1.298.828)	(3.250.088)	(2.239.754)
Despesas com vendas	(121.412)	(98.118)	(367.773)	(282.451)
Despesas gerais e administrativas	(100.709)	(94.566)	(241.018)	(197.788)
Outras despesas operacionais	(24.252)	(28.378)	(70.455)	(115.470)
	(2.191.229)	(1.519.890)	(3.929.334)	(2.835.463)
Despesas por natureza				
Depreciação e amortização	(54.705)	(53.989)	(122.243)	(117.281)
Despesas com pessoal	(284.723)	(209.226)	(750.063)	(570.738)
Honorários da administração	(8.538)	(9.438)	(16.420)	(16.934)
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(1.549.928)	(1.004.258)	(2.224.704)	(1.471.795)
Frete	(35.046)	(29.929)	(91.819)	(74.397)
Energia elétrica	(17.387)	(11.939)	(63.198)	(43.397)
Comissões	(32.604)	(15.080)	(97.325)	(73.124)
Conservação e manutenção	(51.014)	(36.017)	(137.086)	(89.873)

Despesas com TI	(11.933)	(11.507)	(24.400)	(19.167)
Assistência técnica	(8.202)	(12.452)	(13.506)	(15.803)
Aluguéis	(11.247)	(7.906)	(35.772)	(27.200)
Serviços administrativos	(27.090)	(23.897)	(56.338)	(50.457)
Despesas com processos judiciais	(1.022)	(5.430)	(1.452)	(12.912)
Multas indedutíveis	(686)	(6.529)	(957)	(7.996)
Outras despesas	(97.104)	(82.293)	(294.051)	(244.389)
	<u>(2.191.229)</u>	<u>(1.519.890)</u>	<u>(3.929.334)</u>	<u>(2.835.463)</u>

27 Despesas com funcionários e participação nos lucros

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ordenados e salários	202.943	147.495	558.768	437.354
Custos de previdência social	50.111	40.073	103.375	75.423
Custos relacionados à aposentadoria	2.224	1.834	4.052	3.749
Benefícios concedidos	29.445	19.824	83.868	54.212
	<u>284.723</u>	<u>209.226</u>	<u>750.063</u>	<u>570.738</u>

A participação de empregados foi calculada conforme estabelecido no Programa de Participação nos Resultados homologado nos sindicatos das categorias, em conformidade com o disposto na Lei nº 10.101 de 19 de dezembro de 2000. O montante de participação nos lucros reconhecido pela Companhia e suas controladas, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi de R\$ 33.054 (R\$ 21.405 em 31 de dezembro de 2017).

28 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras:				
Variação cambial	29.834	19.839	193.917	55.941
Juros sobre rendimentos de aplicações financeiras	82.927	78.393	102.182	146.624
Receitas de operações de <i>swap</i>	184	3.244	184	3.244
Ganhos com outras operações de derivativos	2.317	1.516	2.402	2.440
Ajuste a valor presente	11.871	17.273	25.121	36.095
Outras receitas financeiras	7.314	8.457	9.920	17.952
	<u>134.447</u>	<u>128.722</u>	<u>333.726</u>	<u>262.296</u>
Despesas financeiras:				
Variação cambial	(30.330)	(18.745)	(220.869)	(48.675)
Juros sobre financiamentos	(150.994)	(150.068)	(161.356)	(168.485)
Despesas de operações de <i>swap</i>	(2.338)	(1.189)	(2.431)	(2.312)
Perdas com outras operações de derivativos	(528)	(1.141)	(528)	(1.141)
Despesas de contratos de mútuos	-	(229)	(375)	(420)
Ajuste a valor presente	(12.908)	(12.759)	(22.493)	(21.393)
Juros de mora	(71)	(4.408)	(222)	(15.760)
Descontos concedidos	(237)	(82)	(1.041)	(1.895)
Custos bancários	(7.644)	(5.981)	(18.662)	(15.442)
Outras despesas financeiras	(12.154)	(13.240)	(32.223)	(23.775)
	<u>(217.204)</u>	<u>(207.842)</u>	<u>(460.200)</u>	<u>(299.298)</u>
Ajuste de correção monetária	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8.199</u>	<u>-</u>
Resultado financeiro	<u>(82.757)</u>	<u>(79.120)</u>	<u>(118.275)</u>	<u>(37.002)</u>

29 Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de créditos e aplicações de recursos, riscos de mercado (câmbio e juros) e risco de liquidez, aos quais a Companhia entende que está exposta, de acordo com sua natureza de negócios e estrutura operacional.

Uma parcela das receitas da Companhia e de suas controladas são geradas pela comercialização de produtos para o mercado externo. Dessa forma, a volatilidade da taxa de câmbio está associada aos riscos de mercado a que a Companhia e suas controladas estão expostas.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas contratam operações de financiamentos no mercado financeiro com taxas pré-fixadas ou pós-fixadas. Portanto, a Companhia apresenta um risco à variação das taxas de juros no endividamento contratado com taxas de juros pós-fixadas.

Os valores justos são determinados com base em cotações de preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, de contas a receber de clientes, da dívida de curto prazo e de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração da Companhia, atreladas ao estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de posições.

Os riscos da Companhia e suas controladas estão descritos a seguir.

Risco de mercado

A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de *commodities*, de ações, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros mantidos até o vencimento e mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros derivativos.

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas Informações financeiras.

Controladora

			Valor contábil		Valor justo	
	Nota	Hierarquia	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativos						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa	6	(2)	922.716	578.277	922.716	578.277
Aplicações financeiras de liquidez não imediata - circulante	7	(2)	402.587	373.927	402.266	373.901
Aplicações financeiras de liquidez não imediata - não circulante	7	(2)	-	135.251	-	135.251
Instrumentos financeiros derivativos	29	(2)	-	2.003	-	2.003
Cotas de consórcio		(2)	19.776	29.210	19.776	29.210
Custo amortizado						
Aplicações financeiras de liquidez não imediata – circulante	7	(2)	51.157	-	51.157	-
Aplicações financeiras de liquidez não imediata - não circulante	7	(2)	116.132	-	116.132	-
Clientes	8	(2)	217.522	150.467	217.522	150.467
Passivos						
Passivos pelo custo amortizado						
Fornecedores			(235.849)	(166.827)	(235.849)	(166.827)
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	17	(2)	(1.997.959)	(1.461.585)	(1.965.341)	(1.461.462)
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	17	(2)	(255.007)	(301.710)	(250.731)	(301.700)
Total			(758.925)	(660.987)	(722.352)	(660.880)

Consolidado

			Valor contábil		Valor justo	
	Nota	Hierarquia	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativos						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa	6	(2)	1.229.151	1.001.599	1.229.151	1.001.599
Aplicações financeiras de liquidez não imediata - circulante	7	(2)	498.780	650.698	498.454	650.657
Aplicações financeiras de liquidez não imediata - não circulante	7	(2)	10.640	-	10.640	-
Instrumentos financeiros derivativos	29	(2)	-	2.096	-	2.096
Cotas de consórcio		(2)	53.138	65.032	53.138	65.032
Custo Amortizado						
Clientes	8	(2)	749.678	588.820	749.678	588.820
Passivos						
Passivo pelo custo amortizado						
Fornecedores			(394.881)	(307.348)	(394.881)	(307.348)
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	18	(2)	(2.246.893)	(1.730.099)	(2.166.920)	(1.729.956)
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	18	(2)	(591.902)	(477.559)	(578.273)	(477.542)
Total			(692.289)	(206.761)	(599.013)	(206.642)

Hierarquia de valor justo

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- **Nível 1:** preços cotados (sem ajuste) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

- **Nível 2:** outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
- **Nível 3:** técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

A Companhia possui apenas instrumentos financeiros derivativos avaliados a valor justo considerando uma técnica de avaliação de Nível 2. Não houve transferências entre os níveis 1, 2 e 3 durante o exercício de 2018.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre empréstimos a receber e empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e variáveis. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática diversificar as captações de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas, análise permanente de riscos das instituições financeiras e, em determinadas circunstâncias, avaliam a necessidade de contratação de operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações.

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos empréstimos e financiamentos da Companhia, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP, IPCA e CDI.

Controladora

Descrição/ Contraparte	<u>Valor de referência</u>				Efeito acumulado em 2018 (crédito)/ débito		Efeito acumulado em 2017 (crédito)/ Débito	
	Notional - em milhares de R\$		Valor Justo (crédito) / débito		Valor recebido	Valor pago	Valor recebido	Valor pago
	2018	2017	2018	2017				
SWAP	-	2.002	-	2.002	2.166	-	773	(374)
Total	-	2.002	-	2.002	2.166	-	773	(374)

Consolidado

Descrição/ Contraparte	Valor de referência				Efeito acumulado em 2018 (crédito)/ débito		Efeito acumulado em 2017 (crédito)/ Débito	
	Notional - em milhares de R\$		Valor Justo (crédito) / débito		Valor recebido	Valor pago	Valor recebido	Valor pago
	2018	2017	2018	2017				
SWAP	4	2.002	4	2.002	2.166	(35)	773	(374)

Total	4	2.002	4	2.002	2.166	(35)	773	(374)
-------	---	-------	---	-------	-------	------	-----	-------

No quadro a seguir, apresentamos três cenários, sendo o cenário mais provável o adotado pela Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos. Além desse cenário, a CVM, através da Instrução nº 475, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o regulamento da CVM.

Consolidado				
Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
SWAP	Redução da taxa Libor	4	(170)	(319)

Sensibilidade a taxas de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no resultado da Companhia antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis).

Foram considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia, mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de juros nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos.

A análise de sensibilidade leva em consideração as posições em aberto na data-base de 31 de dezembro de 2018, com base em valores nominais e juros de cada instrumento contratado.

Controladora

Operação	Moeda	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Deterioração das receitas financeiras				
Aplicações financeiras	R\$	95.642	71.596	47.731
Depreciação da taxa em			25%	50%
Referência para receitas financeiras		Provável	Possível	Remoto
CDI %		6,4%	4,80%	3,20%
Aumento de despesa financeira				
Empréstimos e financiamentos	R\$	169.393	225.491	267.160
Apreciação da taxa em			25%	50%
Referência para passivos financeiros				
TJLP		7,0%	8,7%	10,5%
UMBNDDES		4,7%	5,9%	7,1%
CDI		6,4%	8,0%	9,6%
IPCA		3,7%	4,7%	5,6%
LIBOR semestral		2,9%	3,6%	4,3%
Variação cambial		3,87	4,84	5,81
BADLAR		49,5%	61,9%	74,3%

Consolidado

Operação	Moeda	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Deterioração das receitas financeiras				
Aplicações financeiras	R\$	110.588	82.941	55.294
Depreciação da taxa em			25%	50%
Referência para receitas financeiras		Provável	Possível	Remoto
CDI %		6,40%	4,80%	3,20%
Aumento de despesa financeira				
Empréstimos e Financiamentos	R\$	207.305	265.593	309.407
Apreciação da taxa em			25%	50%
Referência para passivos financeiros				
TJLP		7,0%	8,7%	10,5%
UMBNDES		4,7%	5,9%	7,1%
CDI		6,4%	8,0%	9,6%
IPCA		3,7%	4,7%	5,6%
LIBOR semestral		2,9%	3,6%	4,3%
Variação cambial		3,87	4,84	5,81
BADLAR		49,5%	61,9%	74,3%

Risco de câmbio

A Companhia adota o *hedge accounting*, de acordo com as práticas de mercado (CPC 48/ IFRS 9) e regulamento interno, com o objetivo de eliminar a volatilidade da variação cambial do resultado da Companhia.

A Companhia designou formalmente para *hedge accounting* de fluxos de caixa os instrumentos derivativos para cobertura das suas exportações futuras, altamente prováveis, em dólares com objetivo de reduzir a volatilidade das receitas de exportação em decorrência das mudanças da taxa de câmbio frente ao Real.

A adoção está amparada na efetividade das expectativas de exportações ao longo do tempo, quando comparadas ao fluxo de vencimentos dos compromissos sujeitos à variação em moeda estrangeira, majoritariamente o Dólar dos Estados Unidos, que estão diluídos no longo prazo.

A utilização dessa prática visa a refletir de forma mais adequada os resultados da Companhia, no que se refere a ativos e passivos expostos à variação de moeda estrangeira.

A estrutura de *hedge* consiste na cobertura de um grupo de passivos, compromissos firmes, transações previstas altamente prováveis com características de risco semelhantes das de exportação a fixar em moeda estrangeira (dólar americano - USD), contra o risco de variação cambial frente ao Real - BRL, adotando como instrumento de cobertura atual, instrumentos financeiros não derivativos (financiamentos), em valores e vencimentos equivalentes ao *budget* de venda de produtos fabricados.

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais da Companhia (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda

funcional) e aos investimentos líquidos da Companhia em controladas no exterior.

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, principalmente em relação ao dólar dos Estados Unidos, que no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 apresentou variação positiva de 17,13% (1,50% positiva em 31 de dezembro de 2017). O risco cambial também decorre de operações comerciais e financeiras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos no exterior líquidos. A Companhia e suas controladas administram seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. Além das contas a receber originadas por exportações no Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em *hedge* natural, a Companhia avalia constantemente sua exposição cambial e, quando necessário, contrata instrumento financeiro derivativo com a finalidade única de proteção (*hedge*).

Adicionalmente, a Companhia designa operações de “Financiamento” visando a proteger a exposição das vendas futuras altamente prováveis em moedas diferentes da moeda funcional. Essas operações são documentadas para o registro através da metodologia de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), em conformidade com o CPC 48. A Companhia registra em conta específica do patrimônio líquido os efeitos ainda não realizados desses instrumentos contratados para operações próprias.

Essas operações são realizadas diretamente com instituições financeiras. O impacto sobre o fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas se dá somente na data da liquidação dos contratos. Entretanto, deve-se considerar que a liquidação dessas operações financeiras está associada ao recebimento das vendas, as quais estão igualmente associadas à variação cambial, portanto compensando eventuais ganhos ou perdas nos instrumentos de proteção devido a variações na taxa de câmbio.

Instrumentos financeiros designados como *hedge accounting*:

Controladora						
Contraparte	Tipo	Taxa Contratação	Taxa de Designação	Notional US\$ mil	Variação cambial contabilizada no Patrimônio Líquido *	Valor contábil
Banco Itaú	NCE	1,8150	2,2617	27.273	44.596	105.676
Banco ABC Brasil	FRN	3,5370	3,5370	2.062	696	7.992
Bradesco	FRN	3,7430	3,7430	5.000	659	19.374
Banco Safra	PPE	3,7430	3,7430	7.500	989	29.061
Banco Safra	PPE	3,7491	3,7491	7.500	943	29.061
Total				49.335	47.883	191.164
Consolidado						
Contraparte	Tipo	Taxa Contratação	Taxa de Designação	Notional US\$ mil	Variação cambial contabilizada no Patrimônio Líquido *	Valor contábil
Banco Itaú	NCE	1,8150	2,2617	27.273	44.596	105.676
Banco ABC Brasil	FRN	3,5370	3,5370	2.062	696	7.992
Bradesco	FRN	3,7430	3,7430	5.000	659	19.374
Banco Safra	PPE	3,7430	3,7430	7.500	989	29.061
Banco Safra	PPE	3,7491	3,7491	7.500	943	29.061
Banco Itaú	NCE	1,8316	2,3426	2.727	4.179	10.568
Total				52.062	52.062	201.732

- (*) Valor apropriado no patrimônio líquido (*hedge accounting*), em contrapartida às contas no grupo de empréstimos e financiamentos.

Segue detalhamento com o cronograma de vencimento das operações de derivativos e variação cambial diferida, que estão enquadradas na metodologia de *hedge accounting*:

Controladora

Ano de referência	Valor designado financiamento USD mil	Ano de referência	Vendas em USD mil designadas
2018		2018	
2019	25.245	2019	25.245
2020	9.090	2020	9.090
2021	3.000	2021	3.000
2022	3.000	2022	3.000
2023	3.000	2023	3.000
2024	3.000	2024	3.000
2025	3.000	2025	3.000
Total	49.335	Total	49.335

Consolidado

Ano de referência	Valor designado financiamento USD mil	Ano de referência	Vendas em USD mil designadas
2018		2018	
2019	27.972	2019	27.972
2020	9.090	2020	9.090
2021	3.000	2021	3.000
2022	3.000	2022	3.000
2023	3.000	2023	3.000
2024	3.000	2024	3.000
2025	3.000	2025	3.000
Total	52.062	Total	52.062

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a exposição cambial da Companhia e suas controladas para operações em moeda estrangeira são como segue:

	US\$ mil			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
A. Ativos líquidos em dólares norte-americanos	37.282	18.577	80.087	47.213
B. Empréstimos/financiamentos em dólares norte-americanos	65.812	84.145	152.757	116.909
C. Valor justo de instrumentos financeiros derivativos	-	605	-	634
D. Exportações futuras designadas para <i>Hedge Accounting</i>	49.335	79.102	52.062	87.285
E. Superávit (Déficit) apurado (A-B+C+D)	20.805	14.139	(20.608)	18.223

Sensibilidade à taxa de câmbio

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma variação que possa ocorrer na taxa de câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, do lucro da Companhia antes da tributação e do patrimônio líquido da Companhia. Também são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia, mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos.

		Controladora		
Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Taxa	Alta do US\$	3,87	4,84	5,81
Déficit apurado		80.615	100.769	120.923
Taxa	Baixa do US\$	3,87	2,91	1,94
Déficit apurado		80.615	60.461	40.308
		Consolidado		
Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Taxa	Alta do US\$	3,87	4,84	5,81
Déficit apurado		(79.852)	(99.815)	(119.778)
Taxa	Baixa do US\$	3,87	2,91	1,94
Déficit apurado		(79.852)	(59.889)	(39.926)

Risco de estrutura de capital

O objetivo principal da Administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A estrutura de capital ou o risco financeiro decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

Não houve alterações quanto a objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e os financiamentos com rendimento, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações de liquidez não imediata, como demonstrado abaixo.

Controladora

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Empréstimos e financiamentos	19	2.252.966	1.763.295
Instrumentos financeiros derivativos	29	-	(2.003)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	6	(922.716)	(578.277)
(-) Aplicações de liquidez não imediata	7	(569.876)	(509.178)
Dívida líquida		760.374	673.837
Patrimônio líquido		1.527.312	1.432.243
Patrimônio e dívida líquida		2.287.686	2.106.080
Quociente de alavancagem		33,2%	31,9%

Consolidado

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Empréstimos e financiamentos	19	2.838.795	2.207.658
Instrumentos financeiros derivativos	29	-	(2.096)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	6	(1.229.151)	(1.001.599)
(-) Aplicações de liquidez não imediata	7	(509.420)	(650.698)
Dívida líquida		1.100.224	553.265
Patrimônio líquido		1.527.312	1.432.243
Patrimônio e dívida líquida		2.627.536	1.985.508
Quociente de alavancagem		41,8%	27,8%

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente em relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. A exposição máxima ao risco de crédito na data-base é o valor registrado de cada classe de ativos contratuais mencionados nas notas explicativas 6, 7 e 8.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito a procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação, a análise de crédito é feita pela controlada indireta Banco Randon S.A.. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo. Algumas vendas são financiadas via controlada indireta Banco Randon S.A. onde a Companhia equaliza taxas e é avalista de algumas operações, além disso algumas vendas são garantidas pela rede de distribuidores. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia contava com aproximadamente 8 clientes (9 clientes em 31 de dezembro de 2017) que deviam à Companhia mais de R\$ 10.000 cada e eram responsáveis por aproximadamente 20% (45% em 31 de dezembro de 2017) de todos os recebíveis de clientes. A necessidade de uma provisão para

perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente.

O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

Instrumentos financeiros e depósitos em bancos

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pelo Comitê de Planejamento e Finanças, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, para garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2018, com base nos pagamentos contratuais não descontados.

Controladora

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Fluxo de caixa	Valor contábil
Empréstimos e financiamentos	111.744	517.148	2.195.983	20.572	2.845.447	2.252.966
Fornecedores	236.331	250	-	-	236.581	235.849
	348.075	517.398	2.195.983	20.572	3.082.028	2.488.815

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Fluxo de caixa	Valor contábil
Empréstimos e financiamentos	129.759	524.548	1.345.603	300	2.000.210	1.763.295
Fornecedores	167.164	164	-	-	167.328	166.827
	296.923	524.712	1.345.603	300	2.167.538	1.930.122

Consolidado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018	Até 3 Meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Fluxo de caixa	Valor contábil
Empréstimos e financiamentos	193.538	678.935	2.577.535	43.829	3.493.837	2.838.795
Fornecedores	395.711	250	-	-	395.961	394.881
	<u>589.249</u>	<u>679.185</u>	<u>2.577.535</u>	<u>43.829</u>	<u>3.889.798</u>	<u>3.233.676</u>
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017	Até 3 Meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Fluxo de caixa	Valor contábil
Empréstimos e financiamentos	177.677	694.813	1.493.139	8.266	2.373.895	2.207.658
Fornecedores	303.389	4.773	43	-	308.205	307.348
	<u>481.066</u>	<u>699.586</u>	<u>1.493.182</u>	<u>8.266</u>	<u>2.682.100</u>	<u>2.515.006</u>

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação.

A Administração da Companhia e de suas controladas mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio de seus controles internos.

Atualmente, os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia, todos com registro na CETIP, são decorrentes de risco de câmbio, com objetivo específico de proteção de sua exposição estimada em moeda estrangeira.

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia e suas controladas foram substancialmente de operações com *Non Deliverable Forward* (NDFs) visando à proteção (*hedge*) de vendas futuras esperadas a clientes no exterior para as quais a Companhia prevê que seja altamente provável a realização das transações e saldo credor denominado em moeda estrangeira, e operações de *swap* cambial, visando à proteção da variação cambial de alguns empréstimos contratados em moeda estrangeira. Nesta modalidade de operação, a Companhia tem deveres e obrigações com base em uma cotação contratada previamente no momento de seu vencimento, ou seja, os contratos a termo contratados pela Companhia não possuem margens de variação. O resultado líquido dessas operações é registrado por competência nas suas informações financeiras.

Apresentamos, no quadro abaixo, as posições da Companhia e suas controladas, verificadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017, com os valores nominais e justos de cada instrumento contratado:

Consolidado

Descrição/ Contraparte	Valor de referência				Valor Justo (crédito) / débito		Valor de custo (crédito) / débito		Efeito acumulado em 2018		Efeito acumulado em 2017	
	Notional - em milhares de U\$		Notional - em milhares de R\$						(crédito)/ débito		(crédito)/ débito	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	Valor recebido	Valor pago	Valor recebido	Valor pago
NDF	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	348	(49)
SWAP	-	95	-	221	-	93	-	93	-	-	924	-
Total	-	95	-	221	-	93	-	93	-	-	1.272	(49)

Consolidado

Descrição/ Contraparte	Valor de referência								Valor de custo (crédito) / débito		Efeito acumulado em 2018 (crédito)/ débito		Efeito acumulado em 2017 (crédito)/ débito	
	Notional - em milhares de EUR				Notional - em milhares de R\$									
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	Valor recebido	Valor pago	Valor recebido	Valor pago
NDF Compra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	528	-	-
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	528	-	-

No quadro abaixo, demonstramos a abertura dos derivativos de câmbio por contraparte:

Consolidado

Descrição	Valor de referência (Notional)			Valor justo		
	Moeda	31/12/2018	31/12/2017	Moeda	31/12/2018	31/12/2017
Swap						
Banco Itaú BBA	USD	-	95	R\$	-	93
Total	USD	-	95	R\$	-	93

Os vencimentos destas operações estão abaixo resumidos, em milhares de dólares:

Consolidado

Descrição	31/12/2018				31/12/2017	
	Até 30 dias	De 31 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total líquido	Total líquido
Swap - USD	-	-	-	-	-	95
Total	-	-	-	-	-	95

Abaixo estão apresentados, por seu valor justo, os ganhos e perdas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, agrupados pelas principais categorias de riscos:

		Alocado no resultado financeiro em	
Descrição	Moeda	31/12/2018	31/12/2017
Operações de Proteção Cambial			
Swap	R\$	(2.247)	932
Total	R\$	(2.247)	932

30 Compromissos

Garantias

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia apresentava os seguintes montantes de garantias representadas por avais, fianças, propriedade fiduciária e hipotecas prestadas às empresas:

		Controladora		Consolidado	
	Tipo de garantia	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Master Sistemas Automotivos Ltda.	Avais	89.147	93.429	89.147	93.429
Fras-le S.A.	Avais e fianças	63.857	128.196	63.857	128.196
Randon Argentina S.A.	Fianças	1.521	11.061	1.521	11.061
Castertech Fundição e Tecnologia Ltda.	Avais e fianças	-	16.719	-	16.719
Freios Controil Ltda.	Avais	-	-	-	67
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	Fianças	1.608	1.838	1.608	1.838
Banco Randon S.A.	Avais	108.433	134.730	108.433	134.730
Total		264.566	385.973	264.566	386.040

Além dos avais e fianças concedidas para as empresas citadas acima, a Companhia concede avais e fianças para terceiros no montante de R\$ 29.778 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 35.178 em 31 de dezembro de 2017).

A Companhia não possui outros compromissos de longo prazo.

31 Informações por segmento

Para fins de administração, a Companhia é dividida em unidades de negócio, com base nos produtos e serviços, com três segmentos operacionais sujeitos à divulgação de informações.

Os segmentos de negócios apresentados foram apurados na consolidação das informações das seguintes empresas Randon:

- **Segmento de veículos e implementos:** referem-se aos resultados consolidados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 das empresas Randon S.A. Implementos e Participações, Randon Implementos para o Transporte Ltda., Randon Veículos Ltda., Randon Argentina S.A., Randon Automotive (PTY) LTD. e Randon Perú S.A.C, sendo os principais produtos incluídos neste segmento os seguintes: reboques, semirreboques, vagões ferroviários,

caminhões fora-de-estrada, retroescavadeiras e outros implementos rodoviários e veículos especiais.

- **Segmento de autopeças:** referem-se aos resultados consolidados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 das empresas Randon S.A. Implementos e Participações-divisão autopeças: Fras-le S.A., Master Sistemas Automotivos Ltda., Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda., Randon S/A Implementos e Participações filial Suspensys e Castertech Fundição e Tecnologia Ltda., sendo os principais produtos deste segmento os seguintes: materiais de fricção, vigas de eixos, componentes de suspensão, freios a ar e sistemas de acoplamento e articulações para caminhões.
- **Segmento de serviços:** refere-se ao resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 das empresas Randon Administradora de Consórcios Ltda., decorrente de operações de administração de grupos de consórcios para aquisição de bens duráveis, Randon Investimentos Ltda., que se caracteriza como holding financeira, cujo objetivo é deter participação societária no Banco Randon S.A. e Randon Collection Comércio de Artigos Promocionais Ltda, que tem como objeto social o comércio varejista de artigos, de acessórios e de complementos para o vestuário, de artigos de viagens e de souvenirs identificados com marcas das empresas integrantes do conglomerado das Empresas Randon.

A Administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho. O desempenho dos segmentos é avaliado com base no lucro ou prejuízo operacional, e os financiamentos das empresas (incluindo receitas e despesas de financiamentos) e impostos sobre o lucro são administrados no âmbito do grupo, não sendo alocados aos segmentos operacionais.

a. Informações por segmentos de negócios

	Veículos e Implementos		Autopeças		Serviços		Ajustes e eliminações		Total consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receita líquida para terceiros	1.932.505	1.274.899	2.166.616	1.512.566	163.481	149.293	-	-	4.262.602	2.936.758
Receita líquida intersegmentos (a)	122.813	98.113	455.323	320.490	15.648	14.518	(593.784)	(433.121)	-	-
Receita líquida	2.055.318	1.373.012	2.621.939	1.833.056	179.129	163.811	(593.784)	(433.121)	4.262.602	2.936.758
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(1.751.923)	(1.192.821)	(2.056.594)	(1.452.549)	(18.543)	(16.205)	576.972	421.821	(3.250.088)	(2.239.754)
Lucro bruto	303.395	180.191	565.345	380.507	160.586	147.606	(16.812)	(11.300)	1.012.514	697.004
Despesas operacionais	(73.320)	(61.116)	(273.477)	(232.615)	(109.650)	(102.434)	(118.577)	(109.893)	(575.024)	(506.058)
Resultado financeiro líquido	(87.387)	(74.216)	(40.162)	25.648	1.828	2.956	7.446	8.610	(118.275)	(37.002)
Lucro/prejuízo do segmento (antes dos impostos sobre o lucro) (b)	142.688	44.859	251.706	173.540	52.764	48.128	(127.943)	(112.583)	319.215	153.944
Ativos operacionais (c)	2.389.089	1.598.628	1.108.380	1.215.029	435.557	352.643	(229.272)	(52.278)	3.703.754	3.114.022
Passivos operacionais (d)	2.611.134	2.016.340	700.005	578.973	342.254	267.003	(226.962)	(187.995)	3.426.431	2.674.321
Ativo não circulante (e)	829.012	780.862	886.510	648.726	4.533	958	(741)	(741)	1.719.314	1.429.805

(a) Receitas intersegmentos são eliminadas por ocasião da consolidação.

(b) O lucro referente a cada segmento operacional.

(c) Os ativos dos segmentos não incluem, direitos por recursos de consórcios (R\$ 15.190), valores a receber de longo prazo (R\$ 59.354), cotas de consórcio (R\$ 53.138), depósitos judiciais (R\$ 37.823), impostos diferidos (R\$ 168.835), despesas antecipadas (R\$ 19.093), bens de revenda (R\$ 13.058), ativos de indenização (R\$ 2.271), Randonprev avaliação atuarial (R\$ 14.298) e outras contas (R\$ 32.015).

(d) Os passivos dos segmentos não incluem Juros sobre capital próprio e dividendos (R\$ 40.695), participação dos empregados e dos administradores (R\$ 33.617), obrigações por recursos de consorciados (R\$ 74.517), provisão para litígio (R\$ 35.608), impostos diferidos (R\$ 67.903) e outras contas (R\$ 114.411).

(e) Ativo não circulante é composto por ativo imobilizado, ativo intangível, investimentos e propriedade para investimento.

32 Vendas líquidas por segmentos geográficos

	Veículos e Implementos		Autopeças		Serviços		Ajustes e eliminações		Total consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Região:										
Mercado nacional	1.704.438	1.119.939	2.208.934	1.488.326	179.129	163.811	(553.829)	(399.317)	3.538.672	2.372.759
Mercosul e Chile	281.514	217.771	98.527	105.142	-	-	(39.955)	(33.804)	340.086	289.109
Nafta	1.521	11.161	209.865	155.633	-	-	-	-	211.386	166.794
Europa	865	485	16.995	15.739	-	-	-	-	17.860	16.224
África	20.461	8.879	15.486	10.299	-	-	-	-	35.947	19.178
América Central e outros países da América do Sul	46.510	14.154	45.498	31.590	-	-	-	-	92.008	45.744
Oriente Médio	9	290	17.948	15.557	-	-	-	-	17.957	15.847
Ásia	-	-	5.516	6.742	-	-	-	-	5.516	6.742
Oceania	-	-	3.170	4.028	-	-	-	-	3.170	4.028
Outros	-	333	-	-	-	-	-	-	-	333
Total	2.055.318	1.373.012	2.621.939	1.833.056	179.129	163.811	(593.784)	(433.121)	4.262.602	2.936.758

As informações acima sobre a receita consideraram a localidade do cliente.

A receita líquida referente à um dos clientes totalizou R\$ 242.030 (R\$ 176.356 em 31 de dezembro de 2017), resultante de vendas feitas pelo segmento de veículos e implementos.

33 Ativo por área geográfica

		Ativo	
		31/12/2018	31/12/2017
Brasil		2.096.337	1.666.785
Estados Unidos		30.645	38.734
Argentina		68.772	80.307
Chile		12	17
México		29	23
China		41.947	18.106
Alemanha		116	201
África		6	10
Emirados Árabes		-	4
Peru		2.146	1.638
Colômbia		62	30
Uruguai		22.333	22.641
Índia		33.071	-
Holanda		5.405	-
Eliminações		(126.830)	(154.974)
Total		2.174.051	1.673.522

34 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, considerando a natureza de sua atividade. As principais coberturas de seguros são:

		Consolidado	
		Total dos limites de indenização	
		31/12/2018	31/12/2017
	Risco coberto		
Prédios, estoques, máquinas e lucros cessantes	Incêndio, vendaval, danos elétricos e riscos gerais.	544.685	491.475
Veículos	Casco	2.908	2.720
Crédito de exportação	Comerciais e políticos	65.641	74.175
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil	28.172	25.550
Acidentes pessoais	Danos pessoais	49.723	38.674
		691.129	632.594